

# Parceria ou Jogo de Poder?

## Como a Europa deveria trazer o desenvolvimento para as suas negociações de comércio com os países da África, Caribe e Pacífico

A Europa está negociando novos acordos de comércio com os países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Uma parceria verdadeira no comércio poderia transformar radicalmente as vidas de um terço das pessoas que estão vivendo na pobreza, oferecer uma renda sustentável aos produtores rurais e pequenos comerciantes e empregos decentes aos trabalhadores. Mas a Europa está preferindo a política de poder ao invés da parceria. Os acordos que estão sendo firmados irão destituir muitos dos países da ACP de ferramentas políticas importantes de que eles precisam para se desenvolver. Eles irão fraturar a integração regional, exacerbar a pobreza e tornar ainda mais difícil para estes países libertarem-se da dependência das commodities. Apesar da pressão intensa, muitos países da ACP ainda estão esperando por um acordo justo. A Europa precisa repensar e concordar com uma mudança de curso. No final das contas, é de seu próprio interesse fazer isto.

## Resumo

Seis anos atrás, as negociações comerciais tiveram início entre a União Europeia (UE) e 76 países da África, Caribe e Pacífico (ACP). Até a data final das negociações em dezembro de 2007, menos da metade dos países da ACP havia “rubricado” alguma forma de acordo com a Europa. Os acordos prometiam implementar maior desenvolvimento, mas não conseguiram passar no teste de desenvolvimento (veja o Cartão de Pontos abaixo). Como os ministros de comércio de países da ACP declararam em Dezembro de 2007, os “interesses mercantilistas da União Europeia têm prevalecido sobre os interesses de integração regional e desenvolvimento da ACP”.

Até agora, os acordos foram apenas rubricados: eles não são acordos legalmente obrigatórios. Isto significa que a mudança ainda é possível: novos acordos mais justos podem e devem ser criados.

O objetivo original destas negociações era um bom objetivo: concluir os Acordos de Parceria Econômica (EPAs) que promoveriam a “redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a integração gradual dos países da ACP na economia mundial” e isto deveria também fortalecer a integração econômica regional. As críticas vieram de muitos lugares ao final de 2007 e início de 2008 – inclusive da União Africana, do Conselho de Ministros da ACP, dos chefes de Estado da ACP, de oficiais da ONU e do Banco Mundial, de representantes eleitos, de coalizões de produtores rurais e comerciantes da ACP e de especialistas reconhecidos em comércio. Isto deveria ter sido um sinal importante para Europa de que, o que ela estava colocando na mesa não apenas ficava aquém deste objetivo, mas em algumas áreas o destruía. Estes acordos podem ser bem-intencionados, mas estão muito longe de serem bem planejados.

Nas últimas semanas de 2007, a Comissão Europeia (CE) utilizou o vencimento de uma permissão (waiver) da Organização Mundial do Comércio (OMC) para coagir os países da ACP a aceitarem os Acordos de Livre Comércio (FTAs). Apesar da pressão intensa, mais da metade decidiu recusar tais acordos, porque estes apresentavam poucos benefícios de desenvolvimento. Muitos dos países que concluíram os acordos o fizeram apenas para lidar com custos imediatos: milhares de empregos nos seus setores de exportação, incluindo a horticultura, bananas e atum, foram colocados em risco. A Europa ameaçou aumentar as tarifas sobre importações sobre países como Costa do Marfim, Quênia, Pádua-Nova Guiné e St. Lúcia, que são pobres, mas não pobres o suficiente para terem acesso aos mercados Europeus através do esquema de preferência “Tudo Menos Armas” da Europa.

Agora que os textos legais estão disponíveis, é possível avaliar os EPAs com base em seu contexto, ao invés de suposições. Através da análise de bens, serviços, investimento e propriedade intelectual nos capítulos dos textos concluídos no ano passado, este documento enfatiza certos aspectos dos EPAs que colocam em risco o desenvolvimento futuro. Ele os coloca sob os testes de desenvolvimento que deveriam ter guiado as negociações desde o início e apresenta prescrições de políticas positivas. Cada seção utiliza estudos de caso da história de integração dos países da ACP na economia global para tirar lições tanto do passado como do presente.

Colocar o comércio a serviço do desenvolvimento, tal como a Europa e os países da ACP prometeram, não é uma escolha simples entre os mercados serem “abertos” ou “fechados”. Isto tem mais a ver com garantir que os países da ACP tenham as instituições, instrumentos políticos e recursos para poderem tirar vantagem do acesso aos mercados e gerir estrategicamente a sua integração na economia global, de uma maneira que adicione valor localmente e compartilhe os benefícios de maneira justa.

No entanto, os acordos atuais destituem os países da ACP de algumas das ferramentas de que precisam para se desenvolver, derrubando a escada do desenvolvimento que muitos países ao redor do mundo, incluindo muitos da

Europa, já utilizaram para construir as suas próprias economias. Eles exigem dos produtores rurais e comerciantes da ACP que venham a competir sob regras semelhantes às dos produtores Europeus, sem sequer tentar abordar as diversas limitações competitivas que eles enfrentam. Eles amarram as mãos dos governos da ACP, proibindo-os de utilizar uma variedade de medidas de comércio e investimento que são necessárias para fazer com que a abertura dos mercados funcione para gerar empregos e meios de subsistência decentes. E eles concedem novos direitos aos investidores europeus, à custa dos comerciantes locais e do interesse público. A integração regional é ameaçada pelo grande número de acordos celebrados e sua discrepância com os esforços de integração em andamento. Em troca, a Europa oferece muito pouco. Ela expandiu a abertura de seus mercados, mas as barreiras continuam. E embora os acordos imponham altos custos, tem ficado claro que dificilmente algum financiamento adicional estará disponível para se arcar com eles.

Em um acordo justo que verdadeiramente refletisse a parceria, a Europa abriria os seus mercados completamente a todas as exportações sem pedir reciprocidade aos países da ACP, garantindo desta forma que estes países tivessem a liberdade política de governar seus mercados de acordo com o interesse público e buscassem a integração regional nos seus próprios termos e em um ritmo compatível com os processos regionais. A Europa ajudaria mais os países da ACP a lidar com as limitações dominantes à competitividade, modernizaria as instituições e melhoraria a capacidade regulatória, particularmente no setor de serviços, para garantir que todos tenham acesso aos serviços essenciais. A Europa garantiria que as suas empresas investindo nos países da ACP trouxessem investimentos de alta qualidade, gerando empregos decentes, aprimorando habilidades e transferindo tecnologias.

Um acordo justo faz sentido a todas as partes envolvidas. Os países da ACP obteriam uma parte mais justa da riqueza gerada com a sua interação com a economia global. A Europa ganharia também – ao apoiar os países da ACP através de acordos justos ao invés de acordos de livre comércio, os seus ganhos comerciais poderiam ser até quatro vezes maiores.

É hora de fazermos uma nova análise dos EPAs “rubricados” – antes que estes acordos potencialmente prejudiciais tornem-se permanentes. É hora da Europa parar com jogos de poder políticos e trabalhar em parceria com os países da ACP.

As milhões de pessoas dos países da ACP que vivem na pobreza não podem arcar com os erros dos políticos nesta questão.

#### **A Oxfam Internacional requer:**

- Avaliações independentes profundas e abrangentes e estudos de impacto sobre o que já foi celebrado, antes que qualquer acordo firmado torne-se legalmente obrigatório;
- Um engajamento profundo por parte dos parlamentares de toda a Europa e da ACP, e uma investigação completa dos acordos;
- Que a União Européia ofereça aos países da ACP opções de longo prazo para o comércio de bens, incluindo:
  - (i) Adaptação dos seus esquemas de preferência unilaterais, de modo que eles abram mais os mercados Europeus e se tornem permanentes, garantindo que nenhum país da ACP fique prejudicado caso não conclua um Acordo de Livre Comércio;
  - (ii) Renegociação de qualquer aspecto dos EPAs celebrados e um compromisso para reduzir os acordos ao mínimo necessário para cumprir com as exigências da OMC;
- Que os países da ACP avaliem dentro de seus blocos regionais e tomem decisões estratégicas sobre em qual caminho eles desejam seguir,

consultando plenamente todas as partes afetadas, incluindo os trabalhadores, produtores e comerciantes;

- Que a União Europeia concorde com uma flexibilidade completa na abordagem das negociações sobre serviços, investimento, transferência de tecnologias e outras áreas relacionadas ao comércio, deixando que os países da ACP assumam a liderança para estabelecer o ritmo e conteúdo das negociações;
- Que a União Europeia ofereça apoio adicional, obrigatório, previsível e rapidamente liberado para enfrentar os limites de infra-estrutura e competitividade dos países da ACP.

# Acordos de Parceria Econômica

Os Acordos passam no Teste do Desenvolvimento?

Os EPAs ajudam os países da ACP a:	Avaliação
Integrar suas economias com seus vizinhos regionais?	Os acordos colocam barreiras significativas para a integração entre países parceiros regionais existentes, e em vários casos contribuem para fragmentar os blocos regionais existentes.
Desenvolver novas indústrias e criar empregos?	Os acordos não ajudam a diversificação econômica além da produção agrícola de baixo valor, ao restringir as opções dos governos da ACP de apoiarem o desenvolvimento de novas indústrias.
Lidar com o acesso inseguro aos alimentos e apoiar os produtores rurais vulneráveis?	Os acordos não abordam a insegurança alimentar. Apesar de oferecerem alguma proteção, as fracas salvaguardas nos acordos expõem desnecessariamente os produtores rurais de pequena escala às mudanças bruscas na competição contra produtos importados, prejudicando os mercados de alimentos básicos.
Atualizar sua infraestrutura?	Apesar da Europa já oferecer fundos substanciais para infraestrutura através do Fundo Europeu de Desenvolvimento, isto é insuficiente. Além disso, os novos acordos impõem custos adicionais muito altos. Os países da ACP sairiam prejudicados.
Acessar completamente os mercados Europeus?	Os acordos apenas tornam ligeiramente mais fácil para a ACP exportar para a Europa. Em retorno, eles exigem que os países da ACP abram dramaticamente os seus mercados às importações da Europa. Além disso, a Europa está prestes a abrir seus mercados para outros países em desenvolvimento, o que tornaria quaisquer ganhos apenas temporários.
Atrair investimento de alta qualidade?	O investimento estrangeiro traz benefícios apenas quando bem gerenciado. Os acordos deixam atadas as mãos dos governos da ACP e tornam mais difícil para estes gerir o investimento em nome do interesse público.
Oferecer serviços acessíveis a preços baratos?	Os acordos restringem a regulamentação eficaz e ameaça o acesso universal aos serviços essenciais.
Estimular inovação e aumentar o acesso à tecnologia?	Os EPAs rubricados não apóiam a inovação, já que as regras estritas de propriedade intelectual prejudicam o acesso ao conhecimento; compromissos vagos sobre a transferência de tecnologia não irão funcionar.

# 1 Novos acordos comerciais: no interesse de quem?

“Os ministros lastimam a enorme pressão que foi exercida sobre os Estados da ACP pela Comissão Europeia para que assinassem os acordos comerciais temporários.”

Conselho dos Ministros de Comércio da ACP, Dezembro de 2007<sup>1</sup>

“O objetivo da União Europeia continua a ser o uso do comércio para promover o desenvolvimento econômico, estabelecer os mercados regionais e ajudar a tirar as pessoas da pobreza.”

Peter Mandelson, Comissário de Comércio da União Europeia, Fevereiro de 2008<sup>2</sup>

Quando as regras são justas, o comércio e investimento internacional podem ser uma fonte compartilhada de prosperidade e desenvolvimento. Quando não o são, eles podem ser uma fonte de pobreza e exclusão. Muitos países da África, Caribe e Pacífico (ACP) estão presos em um círculo vicioso de vender produtos de baixo valor e comprar produtos de alto valor.<sup>3</sup> A maior parte dos investimentos nas regiões da ACP recai sobre as indústrias extrativas e cria poucos empregos. Os países da ACP abrigam mais de 12 por cento da população do planeta, mas recebem apenas 2 por cento da renda global.<sup>4</sup> Na África, apesar dos altos níveis de crescimento nos últimos 30 anos, o número de pessoas vivendo na pobreza ou sem emprego está aumentando.<sup>5</sup>

A sua história e suas relações econômicas profundamente entrelaçadas têm feito com que as vidas das pessoas nos países da ACP estejam inseparavelmente ligadas à Europa, mas existe um desequilíbrio profundo. Todos os dias, produtores rurais e comerciantes nos países da ACP vendem mais de um quarto de todas as suas exportações para a Europa, mas estes produtos constituem menos de 2 por cento das importações totais da Europa.<sup>6</sup>

A alta dependência na Europa significa que as regras de comércio e investimento corretas poderiam mudar a vida de mais de 300 milhões de pessoas dos países da ACP que estão vivendo em pobreza extrema.<sup>7</sup> No entanto, da mesma forma como a dependência aumenta os riscos e ganhos para estes países, ela também limita a sua habilidade de barganhar por um acordo mais justo.

## Novas negociações comerciais: hora de mudanças

Em 2002, a Comissão Europeia (CE), representando os estados membros da União Europeia (EU), iniciou novas negociações de comércio com o objetivo de estabelecer Acordos de Parceria Econômica (EPAs) com 76 países da África, Caribe e Pacífico. As negociações foram criticadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) com relação aos antigos esquemas preferenciais unilaterais da Europa, que foram considerados ilegais pois discriminavam outros países em desenvolvimento da América

Latina e Ásia. A OMC deu à Europa e aos países da ACP um prazo de até Dezembro de 2007 para definir um acordo sobre novos arranjos.<sup>8</sup>

As intenções declaradas da Europa eram boas: ela prometeu concluir acordos que serviriam exclusivamente aos interesses de desenvolvimento das regiões mais fracas, com “o devido respeito às suas escolhas políticas e prioridades de desenvolvimento”.<sup>9</sup> Mas a sua insistência de que não havia nenhuma alternativa possível a não ser um acordo de livre comércio foi equivocada (veja Quadro 1) – e como este documento demonstra, este é um instrumento muito pouco adequado para o desenvolvimento.

Além disso, o desequilíbrio no poder econômico e de negociação era imenso. Os nove países da África Central, cuja economia combinada é menor do que a da cidade de Manchester, no Reino Unido, encontraram-se negociando em bloco com a União Européia, uma das entidades mais poderosas e experientes do mundo.<sup>10</sup>

#### **Quadro 1: Acordos de Livre Comércio: uma escolha, não uma necessidade**

A OMC possui regras específicas para acordos entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Para negociações sobre bens, as regras da OMC oferecem duas opções amplas:

- (1) **Preferências unilaterais.** Em reconhecimento das grandes diferenças entre os países, a OMC permite que os países desenvolvidos abram os seus mercados sem exigir reciprocidade dos países em desenvolvimento.<sup>11</sup> Isto também permite uma diferenciação entre os países em desenvolvimento e os Países Menos Desenvolvidos (LDC), tal como no esquema “Tudo Menos Armas” da Europa. Isto também permite a diferenciação entre os países em desenvolvimento, contanto que tais diferenças sejam baseadas em critérios objetivos e transparentes.<sup>12</sup> Para oferecer aos países da ACP o acesso preferencial de acordo com as regras da OMC, a Europa poderia modificar os seus esquemas preferenciais existentes (veja a Seção 6).
- (2) **Preferências recíprocas.** Também é possível negociar um “acordo de livre comércio”, onde a Europa e os países da ACP abririam “substancialmente todo o seu comércio” uns com os outros, dentro de um “período adequado”.<sup>13</sup>

A Europa insistiu nesta última, mas a primeira permanece sendo uma opção perfeitamente viável.

## Más notícias para o desenvolvimento

A Europa possui uma visão muito clara sobre os acordos de comércio “em prol do desenvolvimento” que ela quer estabelecer com os países da ACP. Os seus textos propostos são Acordos de Livre Comércio (FTAs) clássicos, muito parecidos com os acordos bilaterais entre a UE-Chile e UE-México, e não reconheceu de forma alguma as diferenças regionais através da ACP.<sup>14</sup> Eles foram escritos de acordo com a “Europa Global”, uma estratégia voltada para a maximização da competitividade das empresas Europeias no exterior.<sup>15</sup> Enquanto que os negociadores do Caribe aceitaram em grande parte a abordagem da UE, muitos países da África e Pacífico expressaram oposição cerrada.<sup>16</sup>

Fora da sala de negociações, era difícil encontrar alguém com algo bom a dizer sobre as propostas. Os especialistas em comércio, acadêmicos, parlamentares, oficiais do Banco Mundial e da ONU, sem mencionar as organizações de produtores rurais, sindicatos e ONGs, todos levantaram reclamações sobre o fato dos acordos serem danosos ao desenvolvimento,

colocando em perigo os meios de subsistência, e negando aos países da ACP a flexibilidade para utilizar as políticas de que precisam para se desenvolver.

Os modelos econômicos mostraram que a Europa seria a real vencedora, com a maioria dos países da ACP – e muitas das partes envolvidas em cujo interesse estas negociações supostamente deveriam ocorrer – saíram perdendo.<sup>17</sup> Na vigência dos EPAs, por exemplo, as exportações de carne da Europa para os países da ACP aumentariam em até 180 por cento, enquanto que todos os outros grupos de países veriam suas exportações diminuírem em até 30 por cento.<sup>18</sup> Em geral, espera-se que os exportadores Europeus saiam ganhado significativamente com a reciprocidade.<sup>19</sup>

Ao final de 2007, apenas algumas semanas antes do prazo da OMC, as tensões aumentaram tanto que acabaram ofuscando a Conferência UE-África. Alpha Konaré, Presidente da Comissão da União Africana, criticou a Europa por tentar “forçar” os acordos sobre países individuais, enquanto que o Presidente de Senegal, Wade, argumentou que a Europa estava tentando colocar a África dentro de uma “camisa-de-força que não funciona”.<sup>20</sup>

Alguns dias mais tarde, os 76 ministros de comércio da ACP divulgaram uma declaração conjunta “lamentando” a pressão da Europa, dizendo que “os interesses mercantilistas da União Européia tiveram prioridade sobre os interesses de desenvolvimento e integração regional da ACP”.<sup>21</sup> No centro deste ressentimento recaem duas visões muito diferentes sobre o desenvolvimento.

## O prazo: uma tática poderosa de negociação

Em fevereiro de 2007, as revisões das negociações dos EPAs estabeleceram claramente que, devido às diferenças fundamentais de posicionamento e enormes limites de capacidade, as negociações não poderiam ser concluídas a tempo para as regiões da África e Pacífico.<sup>22</sup> Ao invés de reconhecer estas preocupações, a Europa utilizou a sua força econômica e política para coagir estes países a concluir um acordo. Utilizando o prazo da OMC como base para seu raciocínio, a UE ameaçou aumentar as tarifas sobre importações de qualquer país da ACP que não fosse classificado como País Menos Desenvolvido (LDC) e que não tivesse iniciado um EPA até 31 de dezembro de 2007. Apesar de haver muitos outros caminhos que poderiam ter sido explorados para manter os mercados abertos, a Europa se recusou a considerá-los.<sup>23</sup>

O fracasso na conclusão de um acordo colocaria muitos países da ACP em risco, possivelmente atirando milhares de pessoas no desemprego (veja Quadro 2). Países da ACP com as menores rendas ainda tinham uma resguarda já que, mesmo sem um acordo, eles ainda poderiam vender mercadorias para a Europa através do esquema “Tudo Menos Armas”.<sup>24</sup> Mas para a maioria dos outros países, no entanto, a ameaça de aumento das tarifas era uma grande preocupação.

À medida em que o prazo se aproximava, grandes empresas de exportação, muitas delas pertencentes a firmas Europeias que tinham investido nos países da ACP, fizeram lobby junto aos governos para concluir os acordos, aumentando a pressão sobre os negociadores.<sup>25</sup>

Ao final de 2007, os blocos de negociação da África e Pacífico quase que não aguentavam tanta pressão. A maioria dos países se recusaram a concluir qualquer forma de acordo. Finalmente, 18 países Africanos e 2 países do Pacífico – como era de se esperar daqueles que sofreriam mais com o aumento das tarifas – resolveram abandonar os seus blocos de negociação. Uma enxurrada de acordos parciais bilaterais foram celebrados com a Europa dentro de poucas semanas.

**Quadro 2: Namíbia: como os produtores de carne tornaram-se um peso para barganhas injustas**

Claus Düvel é um produtor de carne comercial na Namíbia. Ele possui um rebanho de 1.000 animais, em uma fazenda de cerca de 16 mil hectares. “Nos anos em que a chuva e o pasto são bons, eu consigo vender cerca de 350 a 400 cabeças de gado. Eu emprego oito trabalhadores permanentes e quatro trabalhadores casuais, e no total, 46 homens, mulheres e crianças dependem da minha fazenda para a sua subsistência”.

Em Dezembro de 2007, o governo da Namíbia enfrentou um dilema. Ele não concordava com o acordo de comércio que a Europa havia colocado na mesa, mas o fracasso na conclusão do acordo levariam pecuaristas como Claus à falência. “Tendo apenas a África do Sul como mercado, eu teria de despedir metade dos meus trabalhadores”, diz ele.

Com os meios de subsistência de milhares de fazendeiros e trabalhadores em jogo, a Namíbia concluiu um acordo.<sup>26</sup>

A negociação de tais acordos normalmente leva anos, mas a imensa pressão da Europa fez com que nesta ocasião poucas negociações verdadeiras acontecessem. Embora em outubro de 2007 os ministros da África Ocidental terem solicitado uma extensão de dois anos no prazo das negociações para que pudessem concluir um acordo regional,<sup>27</sup> a Europa ultrapassou os negociadores regionais para instigar acordos bilaterais com Gana e Costa do Marfim. No caso da Costa do Marfim, um texto novo apareceu da Europa e foi acordado dentro de duas semanas. Não houve nenhuma consulta nacional ou regional. Até mesmo os principais oficiais dos ministérios de comércio do país não foram envolvidos na negociação, muito menos os comerciantes, produtores rurais e trabalhadores cujos futuros estavam em jogo.<sup>28</sup>

O Caribe foi a única região a iniciar um acordo completo, abrangendo não apenas o comércio de bens mas também os serviços, investimento, competição, compras do governo e propriedade intelectual.

A maioria dos países que não concluíram acordos agora exporta apenas através do esquema “Tudo Menos Armas”. A África do Sul continua exportando sob um acordo bilateral existente<sup>29</sup>, enquanto que outros países exportam sob o Sistema Generalizado de Preferências da Europa (GSP) para os países em desenvolvimento. Apesar das tarifas serem mais altas, o impacto negativo tem sido relativamente pequeno: sete países são ilhas do Pacífico que exportam pouco para a Europa, enquanto que para a Nigéria, Gabão e Congo, os aumentos de tarifa sobre as suas exportações têm sido pequenos.<sup>30</sup>

## Más notícias para o multilateralismo

Caso sejam finalizados de acordo como planeja a Europa, os EPAs marcarão um ponto perigoso para as regras globais de comércio. Com quase metade dos membros da OMC envolvidos, eles aumentarão dramaticamente a “macarronada” de acordos de comércio bilaterais que estão prejudicando o sistema multilateral de comércio.

Além disso, os EPAs exigem que a maioria dos países em desenvolvimento abandone as mesmas flexibilidades pelas quais lutaram na Rodada de Doha sobre “Desenvolvimento” (veja a Tabela 1).<sup>31</sup> Os Países Menos Desenvolvidos que assinarem ficarão em uma situação muito pior. Os acordos enfraquecem a posição de negociação das coalizões de países em desenvolvimento, incluindo o Grupo dos 90 Países em Desenvolvimento, o Grupo dos Países Menos Desenvolvidos e o Grupo das Economias Pequenas e Vulneráveis.

Os EPAs também ameaçam a integração entre os países do Sul. A Europa insiste em uma cláusula de “nação mais favorecida” (MFN) nos EPAs, exigindo que os países da ACP compartilhem os benefícios de qualquer acordo que eles venham a assinar no futuro com outros países ou regiões de maior poder, como a Índia, China ou Mercosul.<sup>32</sup> Garantir um acesso permanente e privilegiado aos mercados da ACP poderia ser um bom negócio para a Europa, mas não necessariamente é de interesse dos países da ACP. Justamente no momento em que a dependência histórica da Europa está diminuindo, esta provisão limita o poder dos países da ACP de negociar acordos favoráveis com os próprios países para os quais suas exportações estão crescendo mais rapidamente.<sup>33</sup> O Brasil, apoiado pela China e Índia, apresentaram reclamações sobre esta provisão na OMC.<sup>34</sup>

Os EPAs estão prestes a prejudicar as posições de negociação dos países da ACP em outros fóruns multilaterais. As provisões sobre propriedade intelectual no “EPA completo” do Caribe apóiam posicionamentos que a Europa vem defendendo (e aos quais os países em desenvolvimento, incluindo o Grupo da África, vêm resistindo fortemente) na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO).<sup>35</sup>

## 2008: hora de um acordo justo

Até julho de 2008, a União Européia quer que todos os 35 países da ACP que deram início a acordos os assinem. Durante 2008 e 2009, ela quer que todos os países da ACP completem as negociações sobre os EPAs “completos”.<sup>36</sup> Antes de tomar maiores ações para transformar os acordos em instrumentos legais obrigatórios, é imperativo que a União Européia e os países da ACP avaliem cuidadosamente as consequências para o desenvolvimento.

Tal como mostrado nas seções a seguir, todos as indicações apontam que os acordos rubricados em dezembro de 2007 apresentam uma grande ameaça ao desenvolvimento futuro dos países da ACP. Tomando cada elemento principal dos textos, a Oxfam analisou as lições que foram aprendidas com a história da integração da ACP na economia global. Este documento coloca os EPAs sob o teste do desenvolvimento, e utilizando as análises de especialistas em comércio, demonstra que ao invés de apoiar os países a

mudar os termos sobre os quais estes se engajam, os acordos ameaçam reforçar as relações desiguais de comércio e investimento com as quais os países da ACP já estão lutando.

Um acordo mais justo é possível: até agora, os acordos foram apenas rubricados e não são legalmente obrigatórios.<sup>37</sup> Tudo o que se precisa é de vontade política, e o reconhecimento de que está na hora de mudar de curso.

**Tabela 1: EPAs e a OMC: golpe mortal para o desenvolvimento na Rodada de Doha**

Área de negociação	Propostas da Rodada de Doha	EPA completo (tal como rubricado pelo Caribe)
Comércio em produtos agrícolas e industriais	Países Menos Desenvolvidos isentos dos cortes nas tarifas. A fórmula para corte das tarifas traz alguma assimetria para as necessidades dos países em desenvolvimento.  Mecanismo de Salvaguarda Especial Proposto e “Produtos Especiais” ofereceriam proteção limitada aos produtores vulneráveis dos países em desenvolvimento.	Todos os países da ACP eliminam tarifas <i>aplicadas</i> sobre 80-90 por cento do comércio com a Europa. Nenhum setor é isento.  As garantias são mais fracas que o Mecanismo de Salvaguarda Especial proposto na OMC.
Comércio em serviços	Os países em desenvolvimento são solicitados a estender mais acesso aos seus mercados e compromissos de tratamento nacional do que teriam de fazer sob o GATS, mas os países menos desenvolvidos não serão obrigados a assumir mais compromissos nesta rodada. <sup>38</sup>	Países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos assumem compromissos que vão substancialmente além dos compromissos existentes do GATS em termos de abertura e regulamentação.
Propriedade intelectual	Os países em desenvolvimento implementam o TRIPS até 2005: os países menos desenvolvidos implementam o TRIPS até 2013. <sup>39</sup>	Tanto os países em desenvolvimento como o países menos desenvolvidos concordam com níveis de regras e mecanismos de proteção de propriedade intelectual muito além daqueles previstos no TRIPS.
Investimento	Negociações sobre um acordo de investimento foram retiradas da agenda de Doha na reunião Ministerial de Cancun em 2003. Os países menos desenvolvidos possuem flexibilidade para introduzir novas medidas que são inconsistentes com o acordo TRIMS já existente. Estas têm de ser notificadas e serão positivamente consideradas. <sup>40</sup>	Provisões abrangentes vão além das obrigações atuais da OMC e obrigam os países da ACP a abrir seus mercados e tratar investidores estrangeiros da mesma maneira que os locais.
Competição	Negociações sobre competição foram retiradas da agenda de Doha na reunião Ministerial de Cancun em 2003.	Compromissos substanciais para forçar políticas sobre competição, incluindo na área de comércio de serviços.
Compras governamentais	Já existe um acordo plurilateral sobre compras governamentais, mas nenhum país da ACP faz parte deste acordo. Negociações sobre maiores compromissos na área de transparência sobre compras governamentais foram retiradas da agenda de Doha em 2003.	Compromissos substanciais sobre transparência e para negociar a abertura subsequente dos mercados de compras governamentais.
Ajuda internacional para o comércio	A Europa prometeu €2 bilhões de Euros para ajudar os países em	Nenhum compromisso adicional além daqueles já

para o comércio	desenvolvimento a arcar com os custos dos ajustes aos resultados das negociações de Doha e dos EPAs.	assumidos na OMC, e parte dos fundos já comprometidos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento.
-----------------	--	--

## 2 Comércio de bens: a busca para agregar valor

“A África independente tropeçou... a política de desenvolvimento enfatizou a produção de commodities primárias para exportação, muitas vezes às custas do apoio adequado para a agricultura de subsistência. Nós ficamos sujeitos aos caprichos do mercado, sem ter nenhum poder sobre o seu funcionamento.”

Kofi Annan, antigo Secretário-Geral da ONU<sup>41</sup>

### Aprendendo com o passado e o presente

Os argumentos muitas vezes ouvidos em Bruxelas e outras capitais Europeias colocam os EPAs como uma escolha simples entre suas economias serem “abertas” ou “fechadas”. Isto é enganoso.

Em relação à sua renda, em média os países da ACP comercializam em geral o mesmo que um país Europeu médio.<sup>42</sup> Em termos de proporção de sua renda, Gana comercializa com o resto do mundo duas vezes mais que a França - mas em média uma pessoa em Gana recebe 70 vezes menos do que o seu contrapartida na França.<sup>43</sup>

Como é o caso de muitos países da ACP, não é que Gana comercializa muito pouco. O problema é que o país não recebe muito a partir daquilo que vende, porque o valor é adicionado em outros lugares.

Observando a partir de uma perspectiva histórica, os países da ACP já são relativamente muito abertos. As tarifas na África Subsaariana agora são significativamente mais baixas que aquelas dos países Europeus ou das economias dos Tigres Asiáticos em estágios semelhantes da sua industrialização e desenvolvimento (veja a Tabela 2).<sup>44</sup>

Para muitos governos da ACP, a experiência de liberalização do passado foi muito amarga. Logo após a liberalização dos anos 1980, a taxa de crescimento de muitos países Africanos caiu pela metade e os padrões de vida declinaram.<sup>45</sup> Ao invés de tornar os produtores mais competitivos, a liberalização freqüentemente os extinguiu: Senegal, por exemplo, perdeu cerca de um terço dos seus empregos em manufatura.<sup>46</sup> O Banco Mundial agora reconhece que o seu aconselhamento sobre os benefícios da liberalização do comércio foi “muito otimista”.<sup>47</sup>

**Tabela 2: Tarifas Africanas e Europeias durante a industrialização**

<b>País</b>	<b>Tarifas médias sobre a manufatura (1950)</b>
Dinamarca	3%
<b>África Subsaariana (2005)</b>	<b>8%</b>
Holanda/Bélgica	11%
França	18%
Reino Unido	23%
Itália	25%
Alemanha	26%

Fontes: Indicadores Mundiais de Desenvolvimento 2007; Ha-Joon Chang (2005)<sup>48</sup>

### **Aprendendo com o sucesso**

A Ilha Maurício é uma exceção a esta estória e a pequena ilha foi bem sucedida na sua busca por ganhar valor com a sua integração na economia global. A partir dos anos 1970 até o final dos anos 1990, a sua economia cresceu a uma velocidade de 6 por cento ao ano, mais de duas vezes mais rapidamente que o resto da África. As rendas triplicaram, a expectativa de vida aumentou em até dez anos e a desigualdade diminuiu.<sup>49</sup> A mudança de uma agricultura de plantação para a manufatura voltada à exportação, e mais recentemente os serviços globais, beneficiaram particularmente as mulheres, uma vez que isto gerou novas oportunidades para obtenção de salário e, desta forma, uma fonte independente de renda.<sup>50</sup>

Estudos detalhados mostram que o sucesso da Ilha Maurício foi proveniente da gestão estratégica do comércio internacional e das relações de investimento, assim como de instituições governamentais eficazes (veja Quadro 3). A economia estava aberta mas, da mesma forma como na Europa, EUA, Leste Asiático e América Latina, a Ilha Maurício usou uma mistura de tarifas, cotas e incentivos de investimento para governar o mercado de uma maneira que pudesse agregar valor e estimular o desenvolvimento.

### **Quadro 3: Ilha Maurício: uma abordagem estratégica à abertura<sup>51</sup>**

A Ilha Maurício reduziu tarifas sobre insumos necessários à manufatura, ao mesmo tempo em que introduziu altas tarifas sobre produtos finalizados, para oferecer maior proteção às suas indústrias nascentes. Durante os anos 1980 e 1990, o país manteve tarifas de até 80 por cento e cotas de 60 por cento sobre as importações, e mudou suas tarifas ao longo do tempo. Mesmo em 1998, Maurício era classificado como um dos países mais protecionistas do mundo.

No entanto, para vencer sua “propensão anti-exportação”, ele ofereceu subsídios a empresas que dependiam das exportações. Esta estratégia foi complementada por preferências, com os esquemas de preferência Europeus e Norte-Americanos cobrindo mais de 90 por cento das exportações. As empresas re-investiram os lucros que acumularam na economia local, fomentando o crescimento.

Políticas internacionais de comércio favoráveis também foram importantes. O tratamento flexível aos países em desenvolvimento na OMC fez com que a Ilha Maurício fosse capaz de utilizar subsídios de exportação e manter tarifas altas. Finalmente, a estratégia completa dependeu de instituições governamentais eficazes que ofereceram uma gestão estratégica da economia.

## **Integração regional**

Os mercados regionais desempenham um papel importante no apoio à diversificação econômica, especialmente quando os mercados domésticos são pequenos e fragmentados. Na Europa, o comércio dentro da União Européia fomentou o desenvolvimento, com duas de cada três exportações sendo destinadas a um outro país Europeu.<sup>52</sup> Entre os países da ACP, no entanto, o potencial para o comércio regional permanece pouco explorado. Apenas 7 por cento das exportações Africanas estão destinadas a outros países na região, e no Caribe a proporção é de apenas 13 por cento.<sup>53</sup>

A integração regional é crucial para o desenvolvimento do setor de manufatura, já que ela oferece maiores mercados às empresas, tornando mais fácil para elas se especializar e agregar valor. Mais da metade das exportações da Comunidade do Leste Africano (EAC) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Meridional (SADC) para outros países na região são bens manufaturados, comparados a apenas 12 por cento das suas exportações para a Europa.<sup>54</sup>

## **Vencendo as barreiras à competitividade**

Políticas eficazes de comércio e integração regional são essenciais, mas insuficientes. Para transformar as economias da ACP, grandes investimentos em infra-estrutura também serão necessários.

Devido aos altos custos de transporte, o preço das exportações de produtos têxteis da Uganda quase duplica entre o portão da fábrica até o porto.<sup>55</sup> O fornecimento irregular de eletricidade força as empresas a comprar geradores caros para continuar operando.<sup>56</sup> Em geral, empresas na África pagam duas ou três vezes mais pelas suas necessidades de infra-estrutura básica do que os seus competidores na China (veja o Quadro 4).<sup>57</sup>

### **Quadro 4: Gana: luzes apagadas na manufatura**

“A pior parte é não saber quando os blecautes acontecerão. Quando você menos espera, tudo tem que parar”, diz o Sr. Francis em sua fábrica em Dodowa, nos arredores da capital Accra, em Gana. “É muito frustrante e danoso à produção comercial, sem mencionar a nossa reputação com as pessoas que dependem de nós para entregar os pedidos pontualmente”.

Este empresário de 36 anos produz bebidas e comida para consumo local desde 1992. Ultimamente, os seus trabalhadores estiveram vindo e voltando, por causa dos problemas de eletricidade. A sua esperança, ele diz, é comprar um pequeno gerador elétrico no exterior para compensar os blecautes. Mas com um custo de cerca de \$18.000 dólares, este é um investimento com o qual poucos podem arcar.<sup>58</sup>

Não é surpresa que os investidores mencionam a “infra-estrutura pouco confiável” no topo da sua lista de barreiras ao investimento na África, ou que os ministros de finanças Africanos cotam a provisão de infra-estrutura como a sua maior prioridade para a promoção do crescimento.<sup>59</sup>

## **Mercados Europeus: abertos apenas pela metade**

A prioridade para os países da ACP é adicionar mais valor localmente, mas esta estratégia é prejudicada quando os mercados internacionais são difíceis de serem acessados. As vendas para a Europa são dominadas por produtos de baixo valor, em parte devido a uma série de barreiras contra os produtos de alto valor:

- As tarifas para a Europa aumentam à medida em que o valor é adicionado, o que faz com que os países da ACP possam exportar açúcar ou frutas sem sofrer com tarifas, mas quando esses produtos são combinados para fazer suco de frutas, as tarifas aumentam, às vezes em até 35 por cento.<sup>60</sup>
- As regras de origem são excessivamente restritivas e impedem que os países da ACP tirem qualquer vantagem do acesso ao mercado que possuam.<sup>61</sup> Os absurdos proliferam - por exemplo, sobre as “nacionalidades” do peixe. Os peixes pescados nas águas do Fiji, enlatados por uma empresa do Fiji e exportados por uma outra empresa do Fiji não conseguem ser qualificados como peixe do Fiji, perdendo desta forma o direito ao acesso livre de tarifas ao mercado da União Européia, se o navio ou tripulação que pescou o peixe não for do Fiji ou de um país Europeu.<sup>62</sup>
- Padrões rigorosos também são uma barreira. Por exemplo, em 2002 a Europa impôs novos padrões mínimos para as aflatoxinas, indo muito além das recomendações internacionais.<sup>63</sup> Esta medida teve poucos benefícios em termos de saúde para os Consumidores Europeus (reduzindo a incidência de mortes por duas pessoas para cada bilhão), mas reduziram as exportações de cereais, frutas secas e nozes da África pela metade.<sup>64</sup>

## Referências para um acordo justo sobre bens

Lições do passado e os limites atuais sugerem que para quebrar a dependência das commodities será necessário:

- Governança estratégica da economia, particularmente na utilização de tarifas e outras políticas de comércio para proteger os produtores vulneráveis e estimular novos setores;
- Priorizar a integração regional;
- Abordar os limites perversivos no lado dos suprimentos; e
- Acesso eficaz aos mercados internacionais.

Um acordo de comércio com a Europa pode e deve ajudar. O comércio na provisão de bens contido em qualquer acordo deve ser medido em relação à extensão pela qual eles apoiam estes resultados.

## Colocando os EPAs no teste do desenvolvimento: bens

### Situação do jogo

Os EPAs rubricados por 35 países da ACP em dezembro de 2007 continham todos um capítulo sobre bens. Os países concordaram em eliminar as tarifas sobre cerca de 80 a 98 por cento das importações de bens da Europa, por períodos variando entre 0 a 25 anos (veja a Figura 1). Para os 15 países do Caribe, estes compromissos fazem parte de um EPA "completo". Para a maioria dos outros 20 países, estes acordos “parciais”

foram necessários para evitar a ameaça de aumentos nas tarifas a partir de dezembro de 2007.

### **Abertura sem precedentes**

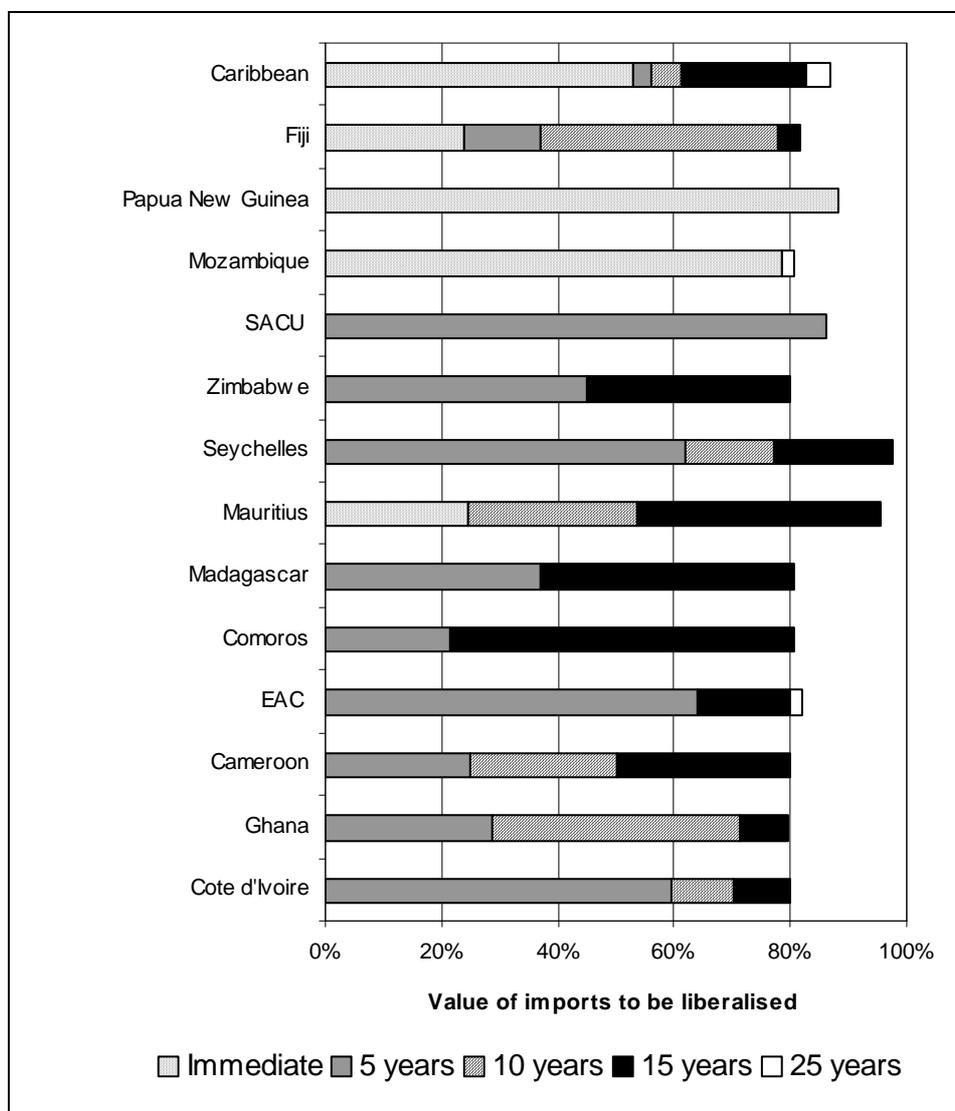
A extensão da abertura é maior do que a Europa originalmente propôs - entre 67 a 83 por cento do comércio<sup>65</sup> - e mais do que as regras da OMC exigem, de acordo com muitos especialistas.

Os países da ACP são obrigados pela União Européia a liberalizar pelo menos 80 por cento das suas importações da Europa dentro de 15 anos. Apesar de períodos de transição de até 25 anos terem sido prometidos, estes foram concedidos apenas à Comunidade do Leste Africano e aos países do Caribe, e ainda assim se aplicam apenas a alguns poucos produtos. Outros países irão até eliminar as tarifas dentro de 15 anos, enquanto que Pádua-Nova Guiné as eliminará imediatamente. Até mesmo países menos desenvolvidos como Moçambique, Uganda, Tanzânia e Ruanda, que não eram obrigados a fazer nenhum corte nas tarifas na Rodada de Doha, abrirão para mais de 80 por cento das importações da Europa.

Ao invés de refletir as necessidades de desenvolvimento dos países da ACP, os textos tendem a refletir a capacidade de negociação e os interesses da Europa. Como resultado, a Costa do Marfim e Moçambique sofrerão alguns dos maiores desafios de ajustamento, e estes aparecerão rapidamente. A Costa do Marfim, por exemplo, terá suas tarifas completamente removidas sobre 60% das suas importações da Europa em dois anos, antes que o Quênia sequer inicie o seu processo de liberalização.<sup>66</sup>

O impacto imediato desta abertura irá variar de país para país, de acordo com o quão abertos estes já estavam antes dos acordos. Tais impactos ainda precisam ser estudados com profundidade, mas algumas tendências muito preocupantes podem ser identificadas.

**Figura 1: Velocidade e amplitude da liberalização das importações nos EPAs (acordos rubricados em dezembro de 2007)**



Notas: EAC é a Comunidade do Leste Africano, incluindo Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia; SACU é a União Aduaneira da África Meridional. Até agora, quatro membros da SACU (Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) submeteram uma agenda comum de liberalização. Fonte: ECDPM; ECDPM e ODI

67

## Diga adeus à manufatura

Ao invés de transformar a maneira como os países da ACP são integrados na economia global, oferecendo novas oportunidades para adicionar valor, os novos acordos estendem e prendem permanentemente estes países nos padrões atuais de abertura. Eles removem alguns dos mais importantes instrumentos políticos das mãos dos governos da ACP, tornando mais difícil para estes países acabar com a sua dependência sobre as commodities, e negam às mulheres a oportunidade de entrar para a força de trabalho formal.

Sob os acordos, apenas de 2 a 20 por cento das importações seriam isentas da abertura completa, sendo colocadas em “listas de exclusão”. Muito poucas destas listas estão no domínio público,<sup>68</sup> mas aquelas que vieram à tona são dominadas por produtos agrícolas, já que os países da ACP, como era de se esperar, decidiram priorizar a proteção de seus produtores rurais mais vulneráveis. A desvantagem é que poucos produtos manufaturados ou de alto valor estão incluídos nestas listas.<sup>69</sup> Ao mesmo tempo em que existem salvaguardas para a proteção de indústrias nascentes, estas podem ter dificuldade em prosperar e são pouco adequadas para manter o desenvolvimento de novos setores. Isto combinado com regras estritas sobre as tarifas, tornará praticamente impossível para os países da ACP oferecer proteção temporária para estimular novos setores de valor adicionado no futuro (veja o Quadro 5).

### Quadro 5: o perigo está no detalhe: proibindo o uso de tarifas

Um dos aspectos mais perniciosos dos EPAs é a “cláusula de manutenção do status quo” (standstill clause). Estas cláusulas variam de acordo para acordo, mas na sua essência elas obrigam os países da ACP a congelar *todas* as suas tarifas nas taxas atuais, até mesmo para produtos que não serão abertos por até mais dez ou 20 anos. No caso da África Oriental, isto se aplica até aos produtos na lista de exclusão.<sup>70</sup>

A União Européia bradou muito sobre a sua chamada “salvaguarda da indústria nascente”, argumentando que esta preserva o direito dos países da ACP a utilizar tarifas para alimentar novas indústrias. Mas uma análise mais profunda mostra que esta é destinada apenas a proteger as indústrias *atuais* caso estas sejam prejudicadas, frustrando seu próprio objetivo.<sup>71</sup>

Caso os EPA sejam assinados e ratificados da maneira como estão, eles negarão aos países da ACP a escada para o desenvolvimento que foi utilizada no passado pela Europa, EUA e vários outros países ao redor do mundo.

## Expondo produtores rurais vulneráveis

As tarifas têm sido um mecanismo importante na proteção aos produtores rurais nos países da ACP contra os surtos de importação. Entre 1982 e 2003, por exemplo, Pápua-Nova Guiné sofreu mais de 140 surtos de importações agrícolas.<sup>72</sup> Surtos de produtos de laticínio europeus subsidiados atingiram gravemente os produtores da ACP. No Quênia, a indústria local de laticínios entrou em colapso nos anos 1990, à medida em que os preços caíam abaixo dos custos internos de produção, e 60.000 pequenos produtores de laticínios foram atirados na pobreza. O setor finalmente recuperou-se, depois que o governo Queniano aumentou as tarifas entre 25 a 35 por cento, e finalmente para 60 por cento em 2002.<sup>73</sup>

Apesar dos problemas já conhecidos de distorção comercial que os subsídios europeus causam aos produtores rurais da ACP, estes produtos não foram automaticamente isentos das negociações nem a Europa comprometeu-se a eliminá-los imediatamente.<sup>74</sup> Como resultado, os países da ACP são obrigados a usar o espaço limitado das suas listas de exclusão para proteger os produtores rurais dos injustos subsídios europeus sobre produtos como laticínios, carne, óleo vegetal e açúcar.

Além disso, no caso dos surtos de importação acontecer, as salvaguardas nos textos dos EPAs de dezembro são muito fracas para serem eficazes. Nas negociações mundiais de comércio, os países em desenvolvimento têm lutado ferrenhamente por um “mecanismo especial de proteção” para países em desenvolvimento que, em uma economia aberta, é uma das poucas maneiras que restam para proteger os produtores contra os surtos de importações. Estes não foram incluídos nos EPAs.<sup>75</sup>

As mulheres produtoras rurais sofrerão mais com qualquer surto de importação. Ao redor da África os homens dominam o setor de colheitas para exportação, enquanto que as mulheres tendem a plantar safras para o consumo local.<sup>76</sup> A abertura dos mercados às importações da Europa desequilibra as safras locais de comida, exacerbando as desigualdades existentes entre homens e mulheres.<sup>77</sup>

### **Dois pesos, duas medidas**

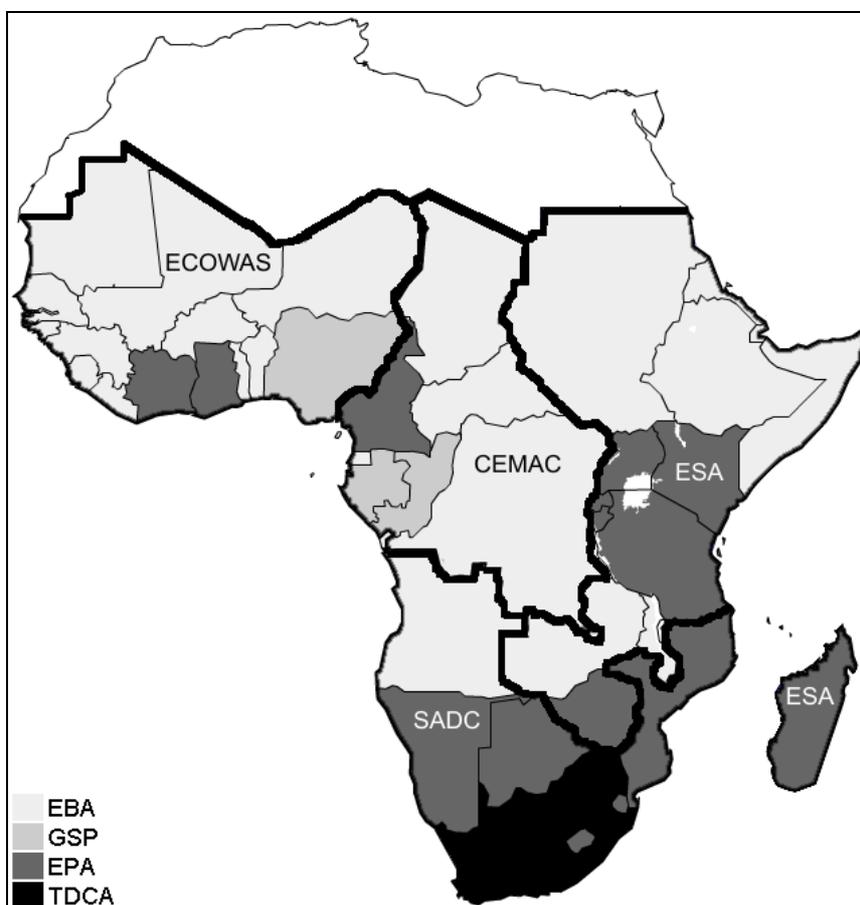
Em 2006, a Europa gastou €50 bilhões de Euros no apoio aos seus produtores rurais.<sup>78</sup> Apesar de seus produtores enfrentarem muito mais obstáculos do que aqueles da Europa, os governos da ACP, com limitação de recursos, não podem arcar com os custos dos subsídios. As tarifas são um dos poucos instrumentos que eles podem usar para oferecer um grau de apoio aos seus produtores rurais e setores de manufatura em perigo. Mesmo assim, os EPAs permitem o uso de subsídios e proíbem o uso de tarifas.

### **Desintegração regional**

A integração regional deveria ser o pilar dos novos acordos, mas os acordos de dezembro aniquilaram os esforços de integração regional. Desde o início, as seis regiões de negociação designadas pelos EPAs eram problemáticas, já que elas dividiam os esforços de integração regional existentes. A SADC, por exemplo, possui 13 membros divididos em três blocos diferentes de negociação sob os EPAs.

A pressão do prazo final de dezembro levou à fragmentação dos blocos de negociação dos EPAs, ridicularizando os objetivos de integração regional (veja a Figura 2) e resultando em textos altamente diferentes. Todos os EPAs africanos são diferentes e em apenas uma região, a EAC, mais de um país possui os mesmos compromissos que os outros. No outro extremo fica a África Ocidental, onde os dois únicos países a rubricar seus EPAs possuem textos significativamente diferentes, contendo compromissos de liberalização diferentes.<sup>79</sup>

**Figura 2: Desintegração regional na África: os regimes de comércio “rubricados”**



Nota: EBA é a sigla em inglês de “Tudo Menos Armas”; GSP é a sigla em inglês de “Sistema Generalizado de Preferências”; EPA é a sigla em inglês de “Acordo de Parceria Econômica” e TDCA é a sigla em inglês de Acordo de Cooperação para Comércio e Desenvolvimento. As configurações se referem aos grupos de negociação dos EPAs tais como foram definidos em acordo com a Europa, e não são consistentes com os blocos regionais do mesmo nome; por exemplo, o bloco de negociação da “ECOWAS” inclui a Mauritânia, enquanto que o bloco “SADC” não inclui todos os membros do SADC.

Por toda a ACP, grandes problemas são colocados para a integração regional:

- Na África Ocidental, a mudança para uma tarifa externa será impossível se os EPAs bilaterais rubricados pela Costa do Marfim e Gana não forem mudados. Os seus textos e cronogramas de tarifas diferentes, assim como as cláusulas de pausa, impedem as adaptações necessárias para a harmonização regional.
- O Mercado Comum da África Meridional e Oriental agora possui uma série de acordos diferentes rubricados com a União Européia: cinco países rubricaram o “texto da EAC” e possuem os mesmos

cronogramas de tarifas; outros cinco rubricaram um “texto do ESA” separado, e cada um possui cronogramas diferentes; enquanto que os outros seis países restantes preferiram ficar com o “Tudo Menos Armas”. Isso coloca sérios problemas para uma tarifa externa comum.

- A União Aduaneira da África Meridional, a mais antiga união aduaneira do mundo, foi lançada em uma crise. A África do Sul, que conta com mais de 90 por cento da renda da região, não rubricou nenhum EPA, enquanto que outros países o fizeram. A Namíbia rubricou um acordo com a provisão de que mudanças futuras seriam feitas ao texto.<sup>80</sup>
- Até mesmo no Caribe, onde se apresenta o único exemplo de um EPA regional, elementos do texto de dezembro parecem estar em contradição direta com os planos de integração da região. Os problemas em particular aparecem porque o “CARIFORUM”, que rubricou o acordo, não existe como uma entidade legal, e possui constituição de membros diferente à do CARICOM, o mercado regional comum.<sup>81</sup>

Numa tentativa de conciliar os EPAs com a integração regional, os chefes de estado Africanos exigiram que todos os acordos sejam colocados perante a União Africana para revisão antes de serem assinados e transformarem-se em compromisso legal<sup>82</sup> No entanto, a Europa está exigindo que tais acordos sejam assinados por países individuais imediatamente, sem deixar nenhum tempo para este tipo de revisão.<sup>83</sup>

### **A ACP sai prejudicada financeiramente**

Os países da ACP precisam vencer barreiras ao comércio *antes* de abrir seus mercados para a Europa, ou os seus produtores não serão fortes o suficiente para competir em termos iguais com as firmas Europeias, muitas das quais são líderes globais. Mas os países da ACP enfrentam uma grande desigualdade de recursos.<sup>84</sup> Serão necessários pelo menos outros \$200 bilhões de dólares para atualizar a infra-estrutura básica da África para níveis competitivos, antes que se possa lidar com todos os outros custos associados com o incentivo à competitividade.<sup>85</sup> Parte do Fundo Europeu de Desenvolvimento (€23 bilhões de Euros ao longo de sete anos) será alocada à infra-estrutura, mas isso não é sequer suficiente.

Os EPAs ampliam estes problemas. Até mesmo durante o primeiro estágio da liberalização, os países Africanos estão prestes a perder cerca de \$359 milhões de dólares por ano.<sup>86</sup> Daqui até 2012, estima-se que a Costa do Marfim provavelmente perderá \$83 milhões de dólares, o equivalente aos seus gastos atuais com saúde para meio milhão de pessoas.<sup>87</sup> Além destas perdas estimadas de renda, os acordos impoem custos adicionais de cumprimento – estimados num total de €9 bilhões de Euros para todos os países da ACP.<sup>88</sup> Os EPAs não trazem nenhum financiamento adicional para lidar com estes custos. Como Louis Michel, Comissário Europeu de Desenvolvimento, expressou recentemente: “No que se refere à Comissão Europeia, não haverá nenhum financiamento.”<sup>89</sup>

### **Ganhos de vida curta**

Em troca dos grandes ajustes às economias da ACP, a União Europeia concordou em oferecer acesso livre de taxas ou cotas aos seus mercados para quase todos os produtos.<sup>90</sup> Mas isto é apenas uma melhoria marginal

sobre os 97 por cento de acesso livre que os países da ACP já tinham antes, e além disso muitas barreiras ainda permanecem.

A União Europeia deveria fazer mais para reformar as regras de origem. O relaxamento das regras sobre produtos têxteis é uma melhora significativa, mas movimentos semelhantes na área de pesca estão comprometidos por qualificações onerosas, e as mudanças mais significativas estão confinadas ao Pacífico.<sup>91</sup> Em geral, as regras de origem permanecem muito restritivas e continuarão a restringir a industrialização de países de baixa renda, pequenos ou geograficamente isolados. Além disso, as regras de origem governando os EPAs rubricados estão causando novos problemas: a ilha de Maurício agora encontra dificuldade ao utilizar insumos do Quênia na produção destinada à Europa.<sup>92</sup>

Além disso, caso os países da ACP comecem a exportar quantidades de bens significativas, a União Europeia pode recorrer aos mecanismos de salvaguarda e, ao contrário dos países da ACP, ela possui os recursos para utilizar estas salvaguardas com eficácia.<sup>93</sup> Dessa forma, caso os países da ACP se desenvolvam e se tornem competitivos mesmo apesar dos EPAs, a Europa ainda pode penalizá-los.

Os ganhos do acesso ao mercado limitado provavelmente serão um benefício transitório. A Europa está reduzindo suas tarifas através de negociações multilaterais e bilaterais. Muitos exportadores da ACP são muito pouco competitivos para sobreviver no mercado Europeu se tiverem que competir nos mesmo termos que outros países em desenvolvimento. Através de negociações na OMC, a União Europeia está prestes a reduzir suas tarifas sobre o atum de 24 por cento para 7-8 por cento, o que provavelmente substituirá importações de Pápua-Nova Guiné em favor da Tailândia e outros países; os exportadores de tabaco de Malauí poderão perder cerca de \$3 milhões de dólares para exportadores subsidiados dos EUA; Senegal e Moçambique perderão mais de \$8 milhões de dólares em camarão e produtos do mar à medida em que a Argentina e o Brasil aumentam seu domínio do mercado; e Madagascar perderá para Hong Kong, China, Índia e Tunísia nos setores de vestuário e tapetes.<sup>94</sup>

Finalmente, as reformas internas da União Europeia fazem com que seja improvável que até 2015 muitos países da ACP tornem-se competitivos o suficiente para exportar açúcar para a Europa.<sup>95</sup> Agora que o Equador foi bem sucedido na sua reivindicação junto à OMC sobre as tarifas sobre a banana, pequenas economias de ilhas tais como St.Lucia sofrerão bastante para competir.<sup>96</sup> Através dos EPAs, os países da ACP estão cedendo a sua independência comercial futura para manter um acesso aos mercados que provavelmente durará poucos anos.

### 3 Comércio de serviços: auxiliando as pessoas que vivem na pobreza

#### Aprendendo com o passado e o presente

Em muitos países da ACP, os serviços são responsáveis por metade da renda nacional. Na África, uma em cada quatro pessoas é empregada pelo setor de serviços; no Caribe, o número é ainda maior.<sup>97</sup> Os serviços oferecem fontes valiosas de emprego para mulheres. Na Jamaica, por exemplo, 63 por cento dos trabalhadores no turismo e vendas são mulheres, comparado com apenas 19 por cento na agricultura<sup>98</sup>

Serviços eficientes e baratos ajudam trabalhadores e produtores a ganhar uma porção justa da economia global, oferecendo acesso ao crédito para iniciar um negócio, comunicação com clientes e transporte de bens para o mercado. Serviços essenciais – incluindo água, saúde e educação – são fundamentais para uma vida decente em qualquer lugar.

#### Abrindo os serviços comunitários: resultados misturados

Numa tentativa de melhorar a qualidade, preço e acessibilidade de serviços comerciais tais como os do setor bancário e de telecomunicações, assim como gerar novas oportunidades de emprego, muitos países da ACP se voltaram aos investidores internacionais.

Mas a abertura dos serviços, sem uma regulamentação adequada, corre o risco de deixar as pessoas pobres ou em comunidades remotas sem acesso a serviços básicos – um problema verdadeiro para pessoas vivendo em áreas rurais ou em ilhas relativamente pequenas e inacessíveis. Os países da ACP já abriram sua economia para bancos estrangeiros para melhorar o seu acesso ao crédito. A África Subsaariana possui o nível mais alto de presença bancária estrangeira do mundo (veja a Tabela 3).

**Tabela 3: Presença bancária estrangeira (1995–2002)**

Região	domínio de estrangeiros
Caribe	25%
Leste da Ásia e Pacífico	23%
Leste Europeu e Ásia Central	29%
Países Industrializados	20%
América Latina	32%
Oriente Médio e Norte da África	14%
Sul da Ásia	18%
África Subsaariana	46%

Fonte: compilado a partir de dados do IADB<sup>99</sup>

Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de outros agentes mostram que, para a maioria dos países da ACP, a abertura tem *reduzido* o seu acesso ao crédito.<sup>100</sup> As redes bancárias, quando elas existem, são mais pobres, possuem condições rigorosas para empréstimos e empregam menos pessoas, privando as comunidades rurais do acesso.<sup>101</sup> Os países são aconselhados a abrir o setor apenas quando possuem regulamentação adequada para pesquisar cuidadosamente os investidores e implementar regulamentos que garantam acesso universal e barato, particularmente para pessoas pobres nas comunidades rurais ou áreas remotas.<sup>102</sup>

Caso a abertura do setor de serviços não seja gerida cuidadosamente, as mulheres acabam pagando o preço. No Quênia, quatro entre cada cinco produtores rurais de subsistência são mulheres, e elas acham mais difícil que os homens acessarem os empréstimos, já que raramente são as proprietárias legais dos negócios e tendem a lidar com quantidades menores.<sup>103</sup> Na África do Sul, quase metade de todas as mulheres negras é totalmente excluída dos serviços financeiros.<sup>104</sup> A entrada de bancos estrangeiros pode exacerbar estas desigualdades caso os regulamentos ou condicionalidades adequadas não sejam estabelecidos antes da abertura.

Ao mesmo tempo em que a abertura pode gerar novas oportunidades de emprego para as mulheres, ela muitas vezes faz pouco para lidar com as desigualdades de gênero. No Caribe, as mulheres constituem a maioria dos trabalhadores no setor de turismo, mas os homens normalmente dominam as posições de gerência e ganham salários significativamente mais altos. As mulheres tendem a sofrer duas vezes mais com o desemprego do que os homens, já que o seu trabalho é muitas vezes menos seguro.<sup>105</sup> A abertura precisa ser combinada com políticas e regulamentos enfocados para garantir que as mulheres e outros grupos marginalizados se beneficiem igualmente.<sup>106</sup>

### **Abertura dos serviços essenciais – um jogo perigoso**

Nos anos 1980 e 1990 houve um movimento por parte de muitos países Europeus e da ACP pela privatização de serviços essenciais, tais como a água. No entanto, quando empresas privadas negociam contratos com países em desenvolvimento, elas muitas vezes “escolhem a dedo” os segmentos mais lucrativos do mercado, exigindo margens de lucro garantidas, expressas em dólares, e insistindo na recuperação completa dos custos. Mais uma vez, as pessoas vivendo na pobreza são as que pagam, muitas vezes as mulheres, que desempenham tarefas de cuidado e reprodução na família.<sup>107</sup> Quando a Suez, uma empresa Francesa, assumiu a responsabilidade de trazer água para vários municípios na África do Sul durante os anos 1990, as taxas cobradas pelos serviços de água aumentaram até 600 por cento.<sup>108</sup>

A experiência de vários países em desenvolvimento demonstra que apenas os governos podem alcançar a escala necessária para oferecer o acesso universal aos serviços essenciais, que são enfocados nas necessidades de todos os cidadãos e são gratuitos ou altamente subsidiados para as pessoas pobres. As empresas privadas podem dar contribuições importantes para a provisão de serviços essenciais, mas apenas quando são adequadamente reguladas e integradas em fortes sistemas públicos, ao invés de serem vistas como substitutas a estes.<sup>109</sup>

## Referências para um acordo melhor sobre os serviços

As lições do passado e os limites atuais sugerem que a implementação de serviços baratos, eficientes e acessíveis exige:

- Serviços comerciais bem regulados com gestão cuidadosa dos investimentos estrangeiros para garantir a provisão universal, a preços baratos e de alta qualidade; e
- Setores de serviços públicos fortes, dominados pelo governo e bem financiados, oferecendo acesso universal, com as empresas do setor privado desempenhando um papel de apoio sob uma regulamentação eficaz.

Um acordo justo com a Europa pode e deve ajudar. A provisão de serviços de qualquer EPA deve ser medida em relação à extensão pela qual ela apóia os países da ACP a alcançar estes resultados.

## Colocando os EPAs sob o teste do desenvolvimento: serviços

### Situação do jogo

O Caribe é a única região a ter concluído negociações do EPA sobre serviços. Outros países da ACP, incluindo todos os países Africanos que rubricaram acordos, se comprometeram a negociar os serviços durante 2008.<sup>110</sup> Sob o EPA do Caribe, até 75 por cento dos setores de serviços foram abertos, com uma variação significativa entre os países.<sup>111</sup> A amplitude de setores é muito variada, desde a contabilidade, registros e serviços financeiros até serviços de medicina e saúde, e turismo.<sup>112</sup>

### Prejudicando a regulamentação

Nos textos de dezembro, os países do Caribe concordaram em abrir grandes serviços comerciais. Muitos países do Caribe, por exemplo, permitem que empresas Européias estabeleçam uma presença local nos setores de telecomunicações, bancos, comércio e serviços de correio.<sup>113</sup> Os países do Caribe correm o risco de perder os próprios benefícios que o investimento estrangeiro possa trazer, porque os seus compromissos de liberalização retiram a sua flexibilidade de regulamentar – inclusive de uma maneira discriminatória – contra empresas estrangeiras.

Sob os acordos atuais, os governos estão proibidos de tratar empresas estrangeiras e locais de uma maneira diferente, favorecer empreendimentos conjuntos em favor de empreendimentos totalmente estrangeiros, limitar o número de fornecedores, ou impor exigências para que as empresas estrangeiras treinem e empreguem pessoas locais, ou que ofereçam benefícios para as comunidades locais afetadas pelo serviço.<sup>114</sup>

Existem apenas algumas exceções. A República Dominicana, por exemplo, estipulou que 80 por cento dos empregados de empresas estrangeiras devem ser do Caribe, e que ela se reserva no direito de usar políticas para conceder “direitos ou preferências para grupos em desvantagem social ou econômica”. Isto permite aos governo abordar as desigualdades no

mercado de trabalho, incluindo as barreiras contra as mulheres. De maneira semelhante, Granada limitou o financiamento e subsídios governamentais para entidades de Granada e para serviços que sejam considerados de interesse público.<sup>115</sup>

As provisões universais de serviços são importantes em setores como o de serviços de correio ou bancários, para garantir que as populações rurais remotas possam ter acesso a estes serviços comerciais. Na Holanda, por exemplo, as obrigações de serviço universal exigem que a TNT, a provedora de serviços postais, estabeleça um posto de serviço completo em qualquer comunidade que possua mais de 5.000 pessoas.<sup>116</sup> Os EPAs limitam a habilidade dos governos do Caribe de utilizar tais regulamentos para o serviço universal, ao exigir que estes “não sejam mais onerosos que o necessário”.<sup>117</sup> Isto significa que as políticas do governo destinadas a garantir a provisão universal dos serviços podem ser contestadas caso a União Européia sinta que elas interferem nas atividades das suas empresas.

### **Colocando em perigo os serviços essenciais**

Os EPAs podem prejudicar a habilidade dos governos de oferecer serviços essenciais de qualidade a preços baratos. Vários países do Caribe, por exemplo, deram a empresas Européias o direito de oferecer educação primária, secundária e de terceiro grau, além de serviços médicos e dentários, saneamento e esgoto. Existem algumas limitações importantes: a abertura da educação, por exemplo, não se aplica às entidades sem fins lucrativos, públicas ou financiadas pelo governo; enquanto que St. Lúcia e Granada exigem que as empresas Européias entrem em empreendimentos conjuntos com empresas locais para serviços de coleta de lixo e esgoto.<sup>118</sup>

Ao firmar um compromisso irreversível para a provisão do setor privado nesses setores de serviços essenciais, estes países estão se colocando num beco sem saída. No caso da participação de empresas estrangeiras não ajudar estes países a alcançar seus objetivos nacionais de desenvolvimento e inesperadamente prejudicar o acesso dos mais pobres e vulneráveis, as cláusulas do EPA tornam muito difícil para estes países alterar as condições impostas aos fornecedores estrangeiros.

### **Acorrentados**

Firmar acordos de serviços é algo complexo por natureza e erros são cometidos – até mesmo pelos países ricos. Os acordos exigem muita cautela dos governos e um ambiente de regulamentação maduro e com um alto nível de experiência.

Antes dos EPAs, dentro dos limites dos seus compromissos de serviços com a OMC, os países do Caribe tinham a liberdade de abrir os setores de serviços e mudar seus regulamentos tal como adequado para as suas necessidades de desenvolvimento. Se algo desse errado, os governos poderiam mudar de idéia.

Os EPAs, no entanto, são permanentes e obrigatórios, e os governos estão cedendo muitos dos seus direitos restantes. A cláusula de revisão no texto do Caribe visa “ampliar e suplementar” a abrangência do acordo e não prevê modificações com base nos efeitos adversos sobre o desenvolvimento.<sup>119</sup> Quaisquer modificações a estes acordos devem ser acordadas conjuntamente pela Europa e pela ACP.<sup>120</sup> Isto significa que será extremamente difícil para os países do Caribe modificar os regulamentos

sobre serviços de acordo com as suas necessidades de desenvolvimento futuras.

### **A Europa oferece muito pouco em troca**

Os países do Caribe estavam ansiosos para obter acesso ao mercado Europeu, mas na maioria dos seus setores, a Europa oferece aos países do Caribe apenas aquilo que já havia concedido a outros membros da OMC. Quando estes compromissos vão um pouco além, como por exemplo sobre a entrada de profissionais altamente qualificados, a longa lista de exigências prejudica quaisquer ganhos potenciais (veja o Quadro 6).

#### **Quadro 6: Quer trabalhar na Europa? Muitas exigências a cumprir<sup>121</sup>**

Para poder entrar na Europa como um “provedor de serviços contratuais”<sup>122</sup>, uma pessoa precisa de:

- Um contrato de serviço por um máximo de um ano, e ter trabalhado na empresa por pelo menos um ano;
- Pelo menos três anos de experiência profissional no setor de atividade, um diploma universitário ou uma qualificação demonstrando conhecimento num nível equivalente, e qualificações profissionais;
- Não permanecer na Europa por mais de seis meses em qualquer período de 12 meses.

Os negociadores da Europa e do Caribe gostaram de alardear as “flexibilidades” do sistema para chefes de cozinha, modelos e artistas sob este acordo. Mas isto não torna a sua entrada na Europa mais fácil: os chefes de cozinha do Caribe precisam ter qualificações técnicas avançadas e pelo menos seis anos de experiência profissional no nível em que pretendem trabalhar, enquanto que modelos e artistas também precisam apresentar qualificações técnicas.<sup>123</sup> Além disso, estes profissionais podem apenas entrar no mercado da Europa depois que a Europa realizar uma auditoria interna de mercado para ver se estes profissionais são necessários, isto é, um teste de necessidade econômica.

## 4 Investimento: dos direitos do investidor estrangeiro ao interesse público

### Aprendendo com o passado e o presente

Muitos países da África e do Caribe estão experimentando uma explosão no investimento estrangeiro da Europa e de outros lugares. A África está experimentando seus níveis mais altos de crescimento nos últimos 30 anos: os fluxos de investimento estrangeiro dobraram entre 2004 e 2006 e a presença estrangeira nos setores-chave agora é maior do que em outras partes do mundo.<sup>124</sup>

O investimento está pesadamente voltado para os setores extrativos. No entanto, a riqueza dos minerais beneficiou poucas pessoas, fazendo pouca diferença na vida das pessoas comuns.

#### **Como gerir o investimento de forma bem sucedida**

Na melhor das hipóteses, o investimento pode criar empregos decentes, transferir conhecimentos e habilidades valiosas, gerar demanda por produtores locais e oferecer capital onde este for escasso. Nas ocasiões em que este ofereceu o maior benefício aos países da ACP, o investimento estrangeiro foi integrado com eficácia na economia local e os direitos trabalhistas básicos foram protegidos, garantindo que os trabalhadores, especialmente mulheres e minorias étnicas que possuem maior vulnerabilidade no emprego, obtivessem uma porção justa dos benefícios. Garantir tal qualidade do investimento estrangeiro muitas vezes requer o uso de exigências de desempenho.

A África do Sul criou uma fábrica de automóveis de nível internacional e parte deste sucesso veio de sua exigência para que os investidores estrangeiros comprem de fornecedores locais e produzam para exportação. Como resultado, empresas líderes como BMW, Volkswagen e Daimler-Chrysler agora usam a África do Sul como uma base mundial de produção, e geraram demanda suficiente para estimular a criação de 200 empresas de produção de peças, gerando milhares de empregos.<sup>125</sup> Embora os trabalhadores brancos dominassem este setor, as atividades dos sindicatos durante os anos 1980 e 1990 aumentaram as rendas e melhoraram as condições para os trabalhadores negros.<sup>126</sup>

Na pior das hipóteses, o investimento estrangeiro leva às violações dos direitos humanos e à degradação ambiental e acaba gerando muito pouca riqueza para os países hóspedes. Isto é particularmente verdadeiro no caso da mineração.

A Botsuana é uma exceção notável, tendo conseguido transformar os seus recursos de diamantes em benefícios de desenvolvimento. Nos últimos 30 anos, ela foi a economia de mais rápido crescimento do mundo e o seu PIB per capita cresceu de \$70 dólares em 1966 para \$5.900 dólares em 2007.<sup>127</sup> Apesar da pobreza e da AIDS permanecerem como grandes desafios, Botsuana é agora um dos países mais prósperos da África Subsaariana e o primeiro país do mundo a ter se graduado do nível de “país menos desenvolvido”.

A regulamentação eficaz foi central para o seu sucesso. Nos anos 1970, Botsuana renegociou contratos com empresas estrangeiras de mineração, indo ao contrário das prescrições de instituições internacionais, que argumentavam que isto iria espantar futuros investidores. O governo recebeu a posse de 50 por cento da empresa Debswana, uma das maiores mineradoras de diamantes do país. Ele reinvestiu as rendas desta posse em investimentos públicos.<sup>128</sup>

### **Assinar tratados de investimento não ajuda – e muitas vezes atrapalha**

Na esperança de atrair investidores estrangeiros, os países da ACP negociaram 179 tratados bilaterais de investimentos (BITs) com a União Europeia. Mas não existe evidência de que tais tratados funcionam e existe muita preocupação quanto aos problemas legais que estes podem criar para os governos.<sup>129</sup> O Brasil é um dos maiores recebedores de investimento estrangeiro direto, atraindo €19 bilhões de dólares em 2006, e no entanto não assinou sequer um único acordo de investimento bilateral.<sup>130</sup> Em contraste, os 48 países da África subsaariana assinaram mais de 540 BITs, mas no mesmo ano atraíram um total de apenas \$12 bilhões de dólares.<sup>131</sup>

Enquanto que os benefícios de tais acordos são muitas vezes ilusórios, os custos podem ser muito altos. Quando os investimentos estrangeiros não funcionam a favor do interesse público, o governo precisa interferir para renegociar contratos ou mudar os regulamentos. No entanto, quando fazem isto, os governos da ACP são levados a tribunais internacionais de arbitragem, muitas vezes por empresas Europeias (veja o Quadro 7). Os BITs permitem aos investidores estrangeiros impor os seus direitos diretamente através dos tribunais internacionais de arbitragem, que são caracterizados pela falta de transparência, processos injustos e interpretação agressiva dos tratados com base na lei comercial ao invés do interesse público.<sup>132</sup>

#### **Quadro 7: os países da ACP estão sentindo a mordida dos BITs**

- A África do Sul foi levada à corte por empresas Italianas de mineração, que reclamavam que o Esquema de Empoderamento Econômico dos Negros exigia que elas se desfizessem de parte dos seus lucros em favor de grupos historicamente em desvantagem.<sup>133</sup>
- Após uma grave crise de abastecimento de água em Dar es Salaam, que deixou milhões de pessoas sem acesso à água potável, o governo da **Tanzânia** retomou a posse do abastecimento municipal de água de um consórcio liderado por investidores estrangeiros do Reino Unido. Ao fazer isto, ele imediatamente foi processado em \$20 milhões de dólares perante um tribunal de árbitros internacionais.<sup>134</sup>
- Em uma disputa ligada à privatização da Ghana Telecom, o governo de **Gana** foi processado pela Telekom Malásia em \$175 milhões de dólares. Gana, então, contestou de maneira bem-sucedida na corte Holandesa a indicação de um árbitro, alegando conflito de interesse. No entanto, posteriormente Gana teve de pagar um montante não revelado para chegar a um acordo em 2005.<sup>135</sup>
- Sob a ameaça de um julgamento de arbitragem, o **Burundi** concordou em pagar \$3 milhões de dólares em 1999 para um grupo de investidores belgas, para compensá-los sobre uma série de subsídios de impostos a que eles disseram ter direito.<sup>136</sup>

- Em 1997, um tribunal de arbitragem ordenou que o governo do Zaire (agora chamado de **República Democrática do Congo**) pagasse \$9 milhões de dólares para proprietários norte-americanos de uma fábrica de baterias que foi invadida por grupos armados durante o terrível conflito que aterrorizou o país no início dos anos 1990. Então, fundos que poderiam ter sido usados para a reconstrução do país foram desviados para investidores estrangeiros que, de acordo com o tribunal, deveriam receber compensação por atos de violência.<sup>137</sup>

## Referências para um acordo justo sobre investimentos

Tal como no comércio de bens e serviços, a lição é que o investimento estrangeiro pode agir em favor do interesse público e adicionar valor ao processo de desenvolvimento. Mas para que isto aconteça, a abertura precisa ser estrategicamente gerida. Todo acordo deve:

- Garantir que o investimento estrangeiro gere valor para a economia local e às pessoas do local, estimulando o desenvolvimento através da criação de empregos, reinvestimento dos lucros, treinamento de pessoal, conexões com empresas locais e divisão igualitária dos benefícios, além de preservar o meio ambiente nacional e respeitar os direitos trabalhistas e sociais;
- Garantir que o interesse público tenha prioridade sobre os interesses de investidores privados;

## Colocando os EPAs sob o teste do desenvolvimento: investimento

### Situação do jogo

O Caribe é a única região a ter concluído um EPA com cláusulas sobre investimento. Outros países da ACP se comprometeram a negociar cláusulas semelhantes em 2008.

As cláusulas de investimento no EPA do Caribe estão incorporadas no capítulo de “serviços, estabelecimentos e comércio eletrônico”. O capítulo inclui compromissos muito significativos sobre investimento, que variam substancialmente entre os países:

- Os países devem realizar várias atividades não relacionadas aos serviços, incluindo a agricultura, silvicultura, mineração, manufatura e a distribuição de gás e eletricidade;<sup>138</sup>
- O acordo abrange a fase de pré-estabelecimento, assim como a de pós-estabelecimento, dos investimentos, indo muito além do que os BITs existentes com o Caribe, que apenas abrangem o pós-estabelecimento.<sup>139</sup>

O texto também inclui um compromisso para negociar uma maior liberalização dentro de cinco anos.

Alguns ganhos foram obtidos pelo Caribe, incluindo as obrigações dos investidores Europeus de garantir direitos trabalhistas e padrões ambientais.<sup>140</sup> No entanto, estes benefícios são amplamente

descompensados pelas cláusulas que atam as mãos dos governos e tornam muito mais difícil a gestão do investimento em favor dos interesses do desenvolvimento.

### **Atando as mãos dos governos**

Nos setores que eles abriram, os governos Caribenhos cederam muitos dos seus direitos remanescentes para limitar ou avaliar o investimento estrangeiro e regular investidores quando estes estabelecem suas operações (veja o Quadro 8).

Para os países em desenvolvimento, o direito de usar várias medidas de investimento já é regulado no Acordo da OMC sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS).<sup>141</sup> A menos que os países do Caribe tenham estipulado de outra maneira, sob os EPAs, eles cedem seus direitos de usar as medidas de investimento restantes. Caso os acordos prossigam, muitos governos perderão a capacidade de limitar a participação de empresas estrangeiras ou aplicar exigências de desempenho, incluindo medidas como exigir que as empresas Européias empreguem pessoal local ou entrem em empreendimentos conjuntos.

#### **Quadro 8: o Caribe se abre ao investimento estrangeiro, com muito poucos limites<sup>142</sup>**

- O setor de **manufatura** torna-se amplamente aberto, com muito poucos países colocando limites sobre a entrada de investidores estrangeiros ou mantendo o seu direito de regular as atividades de manufatura. Na manufatura de comidas e bebidas, por exemplo, apenas quatro países colocaram limites sobre as atividades de empresas Européias.
- O setor de **silvicultura e de exploração de madeira** tornam-se amplamente abertos, com apenas quatro países colocando limites, incluindo dois que especificamente conservaram o direito de “manter medidas sobre o investimento neste setor”.
- O setor **agrícola** torna-se aberto, com oito países colocando alguns limites sobre o investimento – Granada, por exemplo, estipula que as empresas estrangeiras podem investir apenas nos setores de exportação.
- O setor de **mineração** torna-se amplamente aberto. Apesar de quase todos os estados terem o direito de investigar o investimento, quando as empresas entram, elas serão sujeitas a poucas medidas. Por exemplo, o Belize estipula que as empresas de mineração estrangeiras serão “submetidas a exigências de desempenho”.

Nos setores que estão sujeitos à abertura, os acordos especificam as regulações sobre a posse de terra que as empresas Européias devem obedecer.<sup>143</sup> Isto representa um risco de que se no futuro um governo quiser alterar as regras para oferecer mais proteção à propriedade local de terras ou restringir a compra de ilhas em um setor que já tenha sido aberto, isto será muito difícil de se fazer.

Finalmente, o capítulo sobre “compras do governo” estabelece que os países do Caribe devem conceder “tratamento nacional” aos investidores europeus em seus gastos governamentais no futuro. Isto coloca a Europa com “um pé na porta” para as compras governamentais da ACP, e coloca os países do Caribe sob pressão nas negociações com a União Européia. Tais medidas irão proibir os governos da ACP de usar o dinheiro de seus contribuintes para “dar preferências especiais aos negócios locais”.<sup>144</sup>

Ao proibir o uso de várias medidas de desenvolvimento que funcionaram no passado, os EPAs destróem um outro degrau importante na escada do desenvolvimento.

### **Mais vulneráveis às crises financeiras**

As crises financeiras tais como as enfrentadas pelo Leste da Ásia em 1997-1998 e pela Argentina em 2001 prejudicam severamente o desenvolvimento econômico e sempre atingem mais duramente as pessoas mais pobres. Na Argentina, a pobreza subiu para mais de 53 por cento durante a crise financeira de 2001-2002 e milhões de pessoas perderam suas poupanças de vida.<sup>145</sup> O controle de capitais pode ser usado para proteger contra estas crises; na Malásia, ele foi usado com eficácia para proteger o país contra a crise Asiática.<sup>146</sup>

Os EPAs do Caribe restringem o uso de controle de capitais, de uma forma que vai além das obrigações do FMI, tornando os países do Caribe mais vulneráveis às crises.<sup>147</sup>

### **Ampliando o alcance dos BITs**

Os países do Caribe já possuem 27 BITs em vigência com a Europa.<sup>148</sup> Os governos precisam prestar muita atenção na interação entre estes BITs e o novo alcance oferecido aos investidores europeus sob os EPAs. Nos setores já abertos através dos EPAs, as empresas Européias serão capazes de usar os mecanismos “investidor-contra-estado” sob os BITs para forçar esta abertura.<sup>149</sup> Os investidores estrangeiros podem, por exemplo, alegar que uma exigência de transferência de tecnologia, emprego de pessoas locais ou cumprimento de padrões ambientais mais altos tenha reduzido injustamente o valor dos bens que eles possuem, até mesmo quando os regulamentos se aplicam igualmente às empresas domésticas.<sup>150</sup>

## 5 Tecnologia e inovação: colhendo idéias para o desenvolvimento

“Se consegui ver mais longe foi ao me colocar nos ombros de gigantes”

Isaac Newton

### Aprendendo com o passado e o presente

As idéias abastecem o crescimento. Nenhum país pode começar do zero. Tal como na Europa, Leste Asiático e outros países antes deles, os países da ACP precisam acessar tecnologias e adaptá-las ao seu contexto local para poder estimular o desenvolvimento.

As empresas e instituições públicas europeias possuem muitas idéias e tecnologias que podem ajudar o desenvolvimento dos países da ACP. Mas elas estão cada vez mais difíceis de serem acessadas, pois são protegidas por regras cada vez mais estritas sobre a propriedade intelectual.

Assim como com as tarifas e outras medidas de política econômica, as regras de propriedade intelectual possuem um papel legítimo a ser desempenhado. No entanto, tal como ilustrado no exaltado debate sobre os medicamentos genéricos, quando muita proteção é concedida, a inovação pode ser estagnada e muitas pessoas, incluindo aquelas nos países em desenvolvimento, são impedidas de colher os benefícios.

### Fechando a desigualdade digital

À medida em que cada vez mais informações podem ser encontradas online, o fechamento da desigualdade digital se torna central para o desenvolvimento. Apenas um em cada 20 estudantes na África possuem acesso à educação de terceiro grau,<sup>151</sup> e esta é muito cara. O custo de apenas um livro escolar para um estudante universitário em Mali pode ser tão alto quanto o valor de 5 por cento da sua renda anual – o equivalente a pedir a um estudante Europeu para pagar mais de €800 Euros por um livro.<sup>152</sup> Os materiais digitais e online podem reduzir dramaticamente o custo da educação, particularmente para estudantes e pesquisadores.

As tecnologias de informação e comunicação (ICT) são essenciais para a competitividade dos negócios, principalmente para as empresas de pequeno e médio porte, que são as maiores empregadoras nos países da ACP. No Quênia, os pequenos negócios são responsáveis por mais de um quinto da renda nacional e empregam quase uma em cada três pessoas. As empresas de software, tais como a Digital Networks (veja o Quadro 9), estão surgindo nos países da ACP. Ao aprender com as soluções existentes de software, tais negócios podem criar novos produtos que sejam cuidadosamente adaptados para as necessidades de pequenos negócios.

#### **Quadro 9: Digital Networks: soluções de software para pequenos negócios no Quênia**

Com relação aos empreendedores de tecnologia, Kamande Muiruri está no topo. O Sr. Muiruri gerencia uma consultoria bem sucedida de Informática chamada Digital Networks. O seu novo software baseado na web permite aos negócios de pequeno e médio porte (SMEs) repassarem os processos de contabilidade comercial para a sua nova empresa.

“As economias modernas dependem da tecnologia. A economia cresce se os processos se tornarem mais rápidos e ágeis. A criação de soluções para empresas de pequeno e médio porte se traduzirá em ganhos maiores para a economia” diz o Sr. Muiruri.<sup>153</sup>

#### **Lidando com a insegurança alimentar**

Na maioria dos países da ACP, a produção alimentar per capita tem diminuído constantemente. Um em cada três homens, mulheres e crianças na África sofrem com a desnutrição.<sup>154</sup> A mudança do clima irá exacerbar estes problemas. A produção agrícola e o acesso à comida ficarão piores para muitos países Africanos – terras agrícolas serão perdidas e haverá estações mais curtas para o plantio e colheitas mais fracas. Em alguns países, as colheitas de plantações que dependem da chuva cairão pela metade daqui até 2020.<sup>155</sup>

Novas variedades de plantas resistentes às secas e novas tecnologias são essenciais para que os países da ACP possam abordar os níveis crescentes de insegurança alimentar, particularmente com os desafios da mudança climática. Os benefícios podem ser dramáticos. Na Nigéria dos anos 1970, novas variedades de mandioca foram desenvolvidas por cientistas do setor público e aumentaram as colheitas em até 40 por cento. Os preços caíram dramaticamente, melhorando a segurança alimentar de milhões de pessoas em lares rurais e urbanos.<sup>156</sup>

Apesar de sua importância vital, a pesquisa e inovação agrícola nos países da ACP são cronicamente pouco financiadas.<sup>157</sup>

### **Referências para um acordo justo sobre tecnologia e inovação**

Para captar idéias para o desenvolvimento, todo acordo deve:

- Aumentar a transferência de tecnologia e apoiar a inovação e adaptação local em áreas como as da saúde, educação, agricultura e informática.

As provisões de qualquer EPA devem ser medidas de acordo com a extensão pela qual elas apóiam este resultado.

### **Colocando os EPAs sob o teste do desenvolvimento: tecnologia**

#### **Situação do jogo**

Durante as negociações dos EPAs, a Europa pediu que os países da ACP se comprometessem com uma série de regras estritas sobre propriedade intelectual que vão muito além dos acordos da OMC com relação à

amplitude e exigências de regulamentação. Os negociadores do Caribe tentaram re-enquadrar a discussão para a transferência de tecnologia e inovação. Como resultado, o acordo do Caribe possui um capítulo sobre “inovação e propriedade intelectual”.

Até agora, nenhum dos outros países da ACP assumiu tais compromissos, apesar deles estarem sob pressão para fazerem isto durante 2008.

### **Compromissos fracos sobre a transferência de tecnologia**

Apesar dos negociadores do Caribe terem sido bem sucedidos ao colocar a transferência de tecnologia no texto do EPA de dezembro, a linguagem é muito vaga. A Europa promete apenas “compartilhar informações”, “trocar idéias” e “trabalhar para promover medidas que garantam a transferência de tecnologia”.<sup>158</sup> Este palavreado é menos comprometedor que as provisões multilaterais existentes que a Europa já assinou. Embora os acordos da OMC estipulem que os países desenvolvidos devem “oferecer incentivos” para as suas empresas para apoiar a transferência de tecnologia para os Países Menos Desenvolvidos, nos EPAs a Europa promete apenas “promover e facilitar” tais incentivos.

A Europa não assume nenhum compromisso obrigatório para garantir que suas empresas transfiram a tecnologia, mas coloca cláusulas obrigatórias sobre serviços e investimento no capítulo do EPA que deixam as mãos dos governos do Caribe atadas, tornando extremamente difícil para eles forçar tais garantias dos investidores europeus.

### **Aumentando a desigualdade digital**

Em contraste direto com as provisões sobre transferência de tecnologia, os compromissos firmados pelos países do Caribe sobre propriedade intelectual são muito estritos, obrigando um alto nível de regulamentação, e estão muito próximos aos pedidos originais da Europa.<sup>159</sup> Um dos elementos mais preocupantes é a obrigação de aderir às regras bastante estritas sobre conteúdo digital. Os países do Caribe são obrigados a implementar os Direitos Autorais da WIPO e os Tratados de Performance e Fonograma da WIPO, que foram fortemente desaconselhados por especialistas em propriedade intelectual por serem contra os interesses dos países em desenvolvimento.<sup>160</sup>

Estas provisões provavelmente prejudicarão o acesso a materiais digitais para estudantes e pesquisadores. Ao contrário das regras da OMC, que possuem exceções para permitir que instituições educacionais façam cópias das informações digitais, estes tratados não possuem tais exceções, impedindo o acesso legítimo. A organização de vigilância “Consumers International” nota que tais regras expandidas de propriedade intelectual sobre o conteúdo digital podem ter “implicações graves” para o acesso à educação, aumentando a desigualdade digital.<sup>161</sup>

Os tratados também introduzem regras estritas que tornam mais difícil para empresas de informática no Caribe aprender com softwares existentes, atrapalhando o processo de inovação e tornando mais difícil desenvolver produtos adaptados para pequenos negócios.

### **Ameaçando os meios de subsistência rurais**

Os textos iniciais dos EPAs propostos pela União Europeia ao Caribe e outros países da ACP exigem que estes adotem a “UPOV 1991”, um tratado que oferece uma grande proteção aos criadores de plantas.

O sistema internacional de propriedade intelectual tem privilegiado em geral os grandes negócios de agro-business em detrimento aos plantadores – que foram historicamente responsáveis pelo desenvolvimento de novas variedades de plantas. O tratado impede que os plantadores possam guardar e trocar sementes, e os prende em relacionamentos verticais com as corporações de sementes, ao invés de lhes permitir construir relações cooperativas e sustentáveis com as suas comunidades locais de plantadores. Na África, onde 75 por cento das sementes são obtidas através de canais informais, aderir a tal tratado iria reduzir a adaptação, localização e diversificação que promovem a agricultura sustentável de pequena escala.<sup>162</sup>

Em países de baixa renda e com insegurança alimentar, o Banco Mundial desaconselha fortemente o UPOV 1991 e recomenda, em vez disto, a realização de mais pesquisas pelo setor público.<sup>163</sup> Estas recomendações foram ignoradas pela Europa nas suas propostas de EPA.

Dadas estas preocupações, no texto final de dezembro o Caribe concordou apenas em “considerar a ratificação” da Convenção do UPOV 1991.<sup>164</sup> No entanto, em 2008, outros países da ACP provavelmente sofrerão pressões semelhantes para aceitá-lo.

## 6 Jogando justo: o caminho a seguir

“Tal como a escravidão e o apartheid, a pobreza não é natural. Ela é feita por pessoas, e pode ser vencida e erradicada pelas ações de seres humanos.”

Nelson Mandela<sup>165</sup>

Os EPAs rubricados falharam no “teste do desenvolvimento”. Longe de reestruturarem as relações econômicas para estimular o desenvolvimento, eles arriscam prender os países da ACP nos padrões atuais de desigualdade e marginalização e desviar ainda mais o sistema multilateral dos interesses dos países em desenvolvimento.

Uma nova abordagem é necessária.

### Imaginando um acordo justo

Um acordo justo iria apoiar os países da ACP a mudar os termos sobre os quais eles são integrados na economia global, para que maior valor seja adicionado localmente e compartilhado justamente para beneficiar trabalhadores e produtores, assim como os investidores locais e estrangeiros. Tal acordo iria catalizar uma mudança sustentável de longo prazo, ajudando os países a diversificar e libertar-se de sua dependência das commodities.

Aprendendo com as lições do passado e do presente, é possível imaginar como tal acordo seria configurado (veja o Quadro 10). Infelizmente, isto está muito distante dos textos que foram rubricados.

### Cumprindo com as regras da OMC

O único limite para um acordo justo entre a União Européia e os países da ACP – além da vontade política – é que qualquer acordo precisa estar em cumprimento com as regras da Organização Mundial de Comércio.

A elaboração de uma abordagem justa sobre o comércio de bens é muito complexa, já que a OMC oferece uma margem de manobra relativamente ampla em outras áreas. Para os bens, existem basicamente duas opções:

1. Negociar um acordo de livre comércio que inclua apenas o mínimo necessário para cumprir com as regras da OMC;
2. Adaptar os esquemas preferenciais da Europa para que os países da ACP tenham acesso completo aos mercados europeus dentro das regras da OMC.

A primeira opção é significativamente melhor que os textos atuais, já que as cláusulas mais preocupantes poderiam ser removidas, incluindo a provisão de pausa e a cláusula da nação mais favorecida, e as salvaguardas poderiam ser melhoradas. No entanto, dependendo de quão flexivelmente as regras da OMC são interpretadas, isto ainda exigiria que os países da ACP cedessem bastante de sua autonomia sobre a política de comércio, o que não está de acordo com seus interesses de desenvolvimento.

## **Quadro 10: Pensamento original para um acordo justo**

### **Bens**

A Europa deve abrir completamente os seus mercados para os países da ACP sem pedir destes a reciprocidade e, para garantir previsibilidade para o setor privado, a abertura seria permanente e obrigatória (isto poderia ser feito dentro das regras da OMC, modificando os sistemas preferenciais existentes – veja abaixo). A Europa acabaria com todos os subsídios distorcedores do comércio.

Os países da ACP teriam a liberdade de usar políticas de comércio estrategicamente para estimular o adicionamento de valor e a diversificação econômica.

### **Serviços**

A Europa deveria abrir os seus mercados para exportações de serviços dos países da ACP, sem pedir que os países da ACP ofereçam reciprocidade. Isto ajudaria a fortalecer as instituições regulamentadoras dos governos nos países da ACP e facilitaria o aprendizado a partir da experiência europeia sobre a regulamentação dos serviços.

Os países da ACP poderiam usar sua capacidade regulatória para garantir a provisão de serviços eficientes e baratos para todas as pessoas, particularmente às mulheres de zonas rurais, que provavelmente são as mais excluídas.

### **Investimento**

A Europa deveria apoiar os países da ACP a atrair investimento de qualidade para setores que agregam valor e garantir que este esteja estrategicamente ligado à economia local, de forma que ajude a gerar empregos e atualizar habilidades.

Os países da ACP garantiriam os direitos de investidores estrangeiros e nacionais através de um sistema justo e transparente nos tribunais, que julgariam com base em leis de interesse público. Eles usariam a riqueza gerada pelo setor de extração mineral em favor do interesse público.

### **Transferência de tecnologia e inovação**

A Europa deveria oferecer incentivos para suas empresas para transferir tecnologia, particularmente no setor de informática. Isto ajudaria estabelecimentos de educação e pesquisa nos países da ACP a acessar materiais digitais e online. O apoio seria oferecido para atualizar os centros de inovação e pesquisa nos países da ACP, particularmente para desenvolver novas variedades de colheitas resistentes à seca, o que ajudaria a lidar com a segurança alimentar e a adaptação à mudança climática.

Os países da ACP desenvolveriam e cumpririam as regras sobre propriedade intelectual que fossem adequadas ao seu contexto local.

### **Ajuda para o comércio**

A Europa ofereceria apoio adicional significativo para a infra-estrutura e superação das barreiras à competitividade para financiar planos de posse nacional.<sup>166</sup> Esta ajuda seria oferecida independentemente das concessões feitas por países da ACP em acordos de comércio ou outras condicionalidades de política econômica. A Europa também iria melhorar dramaticamente a eficiência, previsibilidade e responsabilidade da ajuda para a liberalização do comércio.

Por outro lado, adaptar os esquemas de preferência unilaterais da Europa permitiria aos países da ACP acessar os mercados Europeus ao mesmo tempo mantendo a autonomia sobre as suas políticas de comércio. Isto também permitiria aos países da ACP buscar a integração regional em seu próprio ritmo e abrir para o investimento estrangeiro gradualmente, com a liberdade de alterar as regulamentações de acordo com as suas necessidades de desenvolvimento. Embora esta abordagem acarretaria uma certa erosão na preferência para os países da ACP, em comparação com os custos a longo prazo dos acordos de livre comércio, estes custos seriam mínimos. Tais preferências seriam uma base para acordos justos em outras áreas (tal como delineado no Quadro 10).

### **Adaptando as preferências da Europa**

Seria relativamente simples para a Europa adaptar as suas preferências atuais para acomodar os interesses dos países da ACP. Com o término das preferências para os países da ACP sob o “Acordo de Cotonou”, a Europa agora possui três esquemas de preferência para os países em desenvolvimento (veja a Tabela 4).

Os países da ACP poderiam usar estes esquemas para ganhar um nível de acesso aos mercados Europeus semelhantes ao que tinham antes. Os 41 países da ACP que são classificados como “menos desenvolvidos” se qualificam para o esquema Tudo Menos Armas, até mesmo sem um acordo de livre comércio. O esquema mais favorável para os outros 35 países seria o “GSP Plus”, que oferece acesso livre de taxas ou cotas para 88 por cento das exportações. Todos os países da ACP são “economicamente vulneráveis”, e por isso poderiam se qualificar para este esquema. A única exigência é ratificar as convenções internacionais relevantes, e muitos dos países da ACP já ratificaram a maioria destas.<sup>167</sup>

**Tabela 4: esquemas preferências existentes da Europa**

<b>Esquema</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Países Qualificáveis</b>
Tudo Menos Armas (EBA)	Acesso sem taxas ou cotas para todos os produtos exceto armamentos, com introdução por etapas do açúcar e arroz	Países Menos Desenvolvidos
Arranjo especial de incentivos para o desenvolvimento sustentável e a boa governança (GSP Plus)	Acesso sem taxas ou cotas para 88 por cento dos produtos <sup>168</sup>	Países em desenvolvimento “economicamente vulneráveis” que assinem e implementem 27 convenções internacionais sobre boa governança e direitos humanos
Sistema Generalizado Padrão de Preferências (GSP)	Acesso sem taxas ou cotas para 66 por cento dos produtos <sup>169</sup>	Todos os países em desenvolvimento

Para a maioria dos produtos, a cobertura do “GSP Plus” é muito próxima ao acesso que os países da ACP tinham sob o Acordo de Cotonou.<sup>170</sup> O único problema com este esquema é que ele não cobre bananas, açúcar, rum ou carne, que são todos produtos de exportação de grande importância para os países da ACP, particularmente para o Caribe.

Na busca de um acordo justo e para garantir que nenhum país da ACP saia perdendo caso eles decidam não assinar um acordo de livre comércio, a Europa poderiam melhorar o seu esquema GSP Plus para incluir todos estes produtos e torná-lo equivalente aos arranjos do acordo de Cotonou. Ou, se realmente estivesse jogando justo, ela simplesmente combinaria os esquemas Tudo Menos Armas e o GSP Plus para oferecer tanto aos “países menos desenvolvidos” quanto aos países “economicamente vulneráveis” o acesso livre de cotas ou taxas aos seus mercados. Isto seria uma mudança administrativamente simples, exigindo apenas uma decisão por parte dos ministros europeus.<sup>171</sup>

Muitos produtos poderiam ser incorporados nos esquemas preferenciais da Europa sem nenhum problema. No entanto, esta medida acarretaria em uma severa erosão da preferência para alguns produtos, notavelmente as bananas exportadas do Caribe.<sup>172</sup> Para garantir que os 40 mil plantadores de banana do Caribe não sejam prejudicados, medidas de mitigação devem ser tomadas, tais como apoiar a diversificação da produção da banana, ou oferecer uma garantia a longo prazo de comprar uma quantidade mínima de bananas do Caribe a um preço justo.

Finalmente, para oferecer segurança comercial, a Europa poderia remover os aspectos opcionais dos seus esquemas e firmá-los, para que se tornem arranjos permanentes.<sup>173</sup>

Dados os altos custos dos EPAs nos quais a Europa está insistindo, os países da ACP deveriam considerar seriamente uma candidatura ao esquema GSP Plus durante 2008. Os modelos econômicos sugerem que, mesmo sem a reforma, na média, o GSP Plus seria mais benéfico para os países da ACP do que os EPAs - apesar do acesso ao mercado Europeu ser reduzido, ele não traz os todos os custos negativos dos acordos de livre comércio.<sup>174</sup>

### **No final das contas, todo mundo ganha**

No final das contas, é de interesse da Europa jogar um jogo justo: por razões diplomáticas e geopolíticas, mas também econômicas.

Seis anos de insistência sobre os acordos de livre comércio não funcionaram. A abordagem inflexível da Europa coloca em perigo as importantes relações de longo prazo baseadas na história, economia e política de desenvolvimento. A defesa agressiva dos EPAs está custando à Europa a perda da boa vontade política através da ACP. E não é o caso de que estes países da ACP não têm a quem recorrer. Os países em rápido desenvolvimento da Ásia e das Américas já estão substituindo a Europa como o parceiro comercial principal para muitos países da ACP.

Além disso, os ganhos de comércio para a Europa poderiam ser quatro vezes maior com um acordo justo do que com um acordo de livre comércio - à medida em que países mais prósperos na ACP se tornam bons parceiros de comércio e investimento. Os modelos econômicos para os

acordos de livre comércio mostram que daqui a 30 anos, a Europa ganhará cerca de \$1 bilhão de dólares adicionais por ano nas suas exportações para os países da ACP. <sup>175</sup> Caso os países da ACP possuísem as flexibilidades para governar estrategicamente a sua integração na economia global e fossem capazes de fazer os mesmo avanços que os países do Sudeste da Ásia, tais como a Malásia, as exportações da Europa poderiam aumentar em até \$4 bilhões de dólares por ano.<sup>176</sup>

Também é de interesse dos países da ACP esperar por um acordo melhor. À medida em que a importância da Europa para a ACP diminui e os mercados emergentes estão crescendo rapidamente como uma fonte de investimento e comércio, este é um momento pouco oportuno para os países da ACP se trancar em um mau acordo com a Europa.

Está na hora de olhar com uma nova perspectiva para estes acordos – antes que acordos bem intencionados mas mal desenhados se tornem permanentes. Está na hora da Europa parar de jogar políticas de poder e começar a trabalhar em parceria com os países da ACP.

As milhões de pessoas nos países da ACP que vivem na pobreza não podem arcar com as consequências dos erros dos políticos quanto a esta questão.

#### **A Oxfam Internacional reivindica que:**

- Haja avaliações independentes profundas e abrangentes e estudos de impacto sobre o que já foi rubricado, antes que qualquer acordo seja assinado e convertido em lei;
- Haja um engajamento vigoroso por parte dos parlamentares através da Europa e da ACP para investigar detalhadamente estes acordos;
- A União Européia ofereça opções a longo prazo para os países da ACP para o comércio de bens, que incluiria:
  - (i) A adaptação do seus esquemas unilaterais de preferência para que estes possam abrir mais os mercados Europeus e se tornem permanentes, garantindo que nenhum país da ACP saia prejudicado caso ele não conclua um acordo de livre comércio;
  - (ii) Renegociação de qualquer aspecto dos EPAs rubricados e um compromisso para reduzir os acordos ao mínimo necessário para a obediência às regras da OMC;
- Os países da ACP devem avaliar dentro dos seus blocos regionais e tomar uma decisão estratégica sobre o caminho que querem seguir, consultando completamente todos os partidos afetados, incluindo os trabalhadores, produtores e negociantes;
- A União Européia deve concordar com uma flexibilidade completa na abordagem às negociações sobre serviços, investimento, transferência de tecnologia e outras áreas relacionadas ao comércio, deixando que os países da ACP liderem no estabelecimento do ritmo e conteúdo das negociações;
- A União Européia deve oferecer apoio adicional, obrigatório, previsível e rapidamente liberado para lidar com os limites de infra-estrutura e competitividade nos países da ACP.

## Notas

---

- 1 Conselho de Ministros da ACP, “Declaração do Conselho de Ministros da ACP na sua 86ª Sessão Expressando Sérias Preocupações sobre o Status das Negociações sobre os Acordos de Parceria Econômica”, Bruxelas, 13 de dezembro de 2007 ACP/25/013/07
- 2 “Mandelson na África Meridional para aprofundar as conexões de comércio e desenvolvimento”, *DG Trade*, Bruxelas, 28 de fevereiro de 2008.
- 3 Dados de TradeMap, Centro Internacional de Comércio, UNCTAD/WTO, <http://beta.trademap.net/>
- 4 Nações Unidas (2006) “Perspectivas da População Mundial: a Revisão de 2006” <http://esa.un.org/unpp>, e UNCTAD (2007) “PIB total por gastos”, <http://stats.unctad.org/Handbook/TableView/tableView.aspx?ReportId=1322>
- 5 Indicadores MDM da ONU: <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Default.aspx>; UNDESA (2007) ‘The Employment Imperative: Report on the World Social Situation 2007’, ST/ESA/319, Nova Iorque, p.15.
- 6 TradeMap, op. cit.
- 7 Em 2004 apenas a África já constituiu 30 por cento de todas as pessoas vivendo com menos de \$1 dólar por dia e esta proporção irá aumentar para 46 por cento daqui até 2015. World Bank Global Economic Prospects 2008, p.46.
- 8 “Decisão de 14 de novembro de 2001”, Conferência Ministerial da OMC, Doha, WT/MIN(01)/15.
- 9 Acordo de Cotonou, Artigo 34; P. Mandelson, “Economic Partnership Agreements: Putting a rigorous priority on development”, discurso, Bruxelas, 20 de janeiro de 2005.
- 10 Dados do Banco Mundial, Dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial: <http://go.worldbank.org/EG66WXF2N0>; e City Mayors [www.citymayors.com/statistics/richest-cities-2005.html](http://www.citymayors.com/statistics/richest-cities-2005.html) e [www.citymayors.com/gratis/uk\\_topcities.html](http://www.citymayors.com/gratis/uk_topcities.html)
- 11 A Keck P Low “Special and Differential Treatment in the WTO: When, Why and How?” *WTO Staff Working Paper* (May 2004); GATT Artigo XXXVI Para8 (1947)
- 12 L Bartels “The WTO Legality of the EU’s GSP+ Arrangement” 10 *Journal of Intl Economic Law* (2007) 1-18 p5
- 13 GATT, Article 24.
- 14 O texto apresentado para o Pacífico foi erroneamente intitulado (nas suas propriedades de documento) “EPA para a África Ocidental”.
- 15 Comissão Europeia para o Comércio Externo, “Global Europe Competing in the World: A Contribution to the EU’s Growth and Jobs Strategy”; J.C. Maur (2005) “Exporting Europe’s Trade Policy”, *The World Economy* 28 (11) pp.1565–1590.
- 16 Tavola, Ministro do Fiji, estipulou que “da maneira como as coisas estão agora, o acordo ameaça perturbar as nossas frágeis economias”. Citado em: P. Dhondt “Trade: Small Nation’s Doubts About EU Get Bigger”, Inter Press Service.
- 17 A. Bouet, D. Laborde, e S. Mevel (2007) “Searching for an Alternative to Economic Partnership Agreements”, IFPRI, Research Brief Number 10, dezembro de 2007; C. Delpeuch (2007) “One Minute To Midnight: Is There Still Time To Rethink EPAs?”, GMF Policy Brief, Dezembro de 2007.
- 18 A. Bouet (2007) “Searching for an Alternative to EPAs”, op cit., apresentação em Powerpoint, reunião de Evian, Dezembro de 2007.

- 
- 19 S Karingi et al “Economic and welfare impacts of the EU-Africa Economic Partnership Agreements” *Africa Trade Policy Centre, Economic Commission for Africa* (Março de 2005)
- 20 “Trade Talks Reach Impasse At Europe–Africa Summit”, *Africa Renewal*, Vol. 21 No 4, Janeiro de 2008, p.23.
- 21 Declaração do Conselho de Ministros da ACP, op. cit.
- 22 “EPA Negotiations: African Countries Continental Review”, Relatório de Revisão do Centro de Política Comercial Africana, 19 de fevereiro de 2007, pp.1-9; *Trade Negotiation Insights*, Volume 7 No 1, ICTSD e ECDPM, Genebra, Fevereiro de 2008.
- 23 S. Bilal et al., “Doubt over EU Development Credentials”, letter to the editor, *Financial Times*, 17 de Outubro de 2007; E. Jones and T. Hormeku (2007) “A Matter of Political Will”, Oxfam e Third World Network abril de 2007, p.2.
- 24 A iniciativa da EBA mostra quase todos os produtos dos países menos desenvolvidos entrando na Europa sem taxas ou cotas.
- 25 A. Smith (2008) “The Usual Last-Minute Banana Peels” in *Trade Negotiation Insights*, Volume 7 No 1, ICTSD e ECDPM, Genebra, fevereiro de 2008. , p.11.
- 26 Entrevista conduzida por Wallie Roux, consultor independente de comércio, março de 2008. Veja também M Ngavirue “Namibia: Beef Deadline Looms” *New Era* (Windhoek 15-2-2007)
- 27 F Rampa “EU offers ACP Two-Step EPAs” *Trade Negotiation Insights* Vol.6 Nr.7 novembro de 2007 p1
- 28 Entrevistas conduzidas por Eric Hazard, Escritório da África Ocidental da Oxfam GB, Senegal, março de 2008.
- 29 Acordo sobre Comércio, Desenvolvimento e Cooperação (TDCA): <http://europa.eu/scadplus/leg/en/lvb/r12201.htm>
- 30 Dados da TradeMap, op. cit. and UNCTAD/WTO, Market Access Map, International Trade Centre, [www.macmap.org](http://www.macmap.org).
- 31 A. Keck and P. Low op. cit.
- 32 Por exemplo, no EPA do Caribe a cláusula de MFN se aplica a “todas as grandes economias comerciais” definidas como “qualquer país que possua uma cota das exportações mundiais acima de 1%”. Veja o artigo 79 do EPA do Caribe.
- 33 L. Ensor and M. Le Roux (2008) “Southern Africa: Minister in Scramble to Ease EU Trade Row”, *Business Day*, Joanesburgo, 28 de fevereiro de 2008.
- 34 “EU EPAs could inhibit South–South trade integration, Brazil alleges”, *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol 12 No 6, ICTSD, Genebra, 20 de fevereiro de 2008.
- 35 D. Shabalala (2008) “IP Provision in EPAs”, Centre for Environmental and Investment Law, Genebra, março de 2008.
- 36 Por exemplo, o prazo da EAC para concluir um EPA abrangente foi fixado para 31 de julho de 2009. Veja “Joint Conclusions EAC-EC Senior Officials Meeting on Negotiations of a Comprehensive EPA” (Arusha 6-3-2008)
- 37 L. Bartels (2007) “EC Proposal for a Council Regulation on Economic Partnership Agreements – Options for Flexibilities”, 12 de dezembro de 2007, p.4.
- 38 GATS: O Acordo Geral sobre Comércio de Serviços.
- 39 TRIPS: Acordo sobre Aspectos Relacionados ao Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual; nota, os países menos desenvolvidos têm até 2016 para implementar regras sobre patentes farmacêuticas (veja IP/C/25)

- 
- 40 Declaração Ministerial de Hong Kong, OMC, Programa de Trabalho de Doha WT/MIN(05)/DEC, 22 de dezembro de 2005. TRIMS: Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio.
- 41 K. Annan (2007) "Championing Africa's Renaissance", Ghanaweb News Website, 26 de janeiro de 2007.
- 42 O comércio como percentagem do PIB é de 71 para os países Subsaarianos, 78 por cento para a Europa. Dados do Banco Mundial, base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial, op cit.
- 43 Ibid.
- 44 H.-J. Chang (2007) *Bad Samaritans: Rich Nations, Poor Policies and the Threat to the Developing World*, Random House Business Books, Londres; H.-J. Chang (2005) *Why Do Developing Countries Need Tariffs?*, South Centre.
- 45 H.-J. Chang, op.cit.;
- 46 Banco Mundial (2001) "Proposal on Market Access for Non-Agricultural Products" WT/GC/W/453
- 47 Grupo Independente de Avaliação (2005) "Assessing World Bank Support for Trade 1987–2004", Banco Mundial.
- 48 Tarifas Descontadas em Média
- 49 A Subramanian "Mauritius: A Case Study" Finance&Development IMF (dezembro de 2001) Vol38 Nr4 p1-2
- 50 D Lincoln "Beyond the Plantation: Mauritius in the global division of labour" no J. of Modern African Studies, 44, 1 (2006), pp. 59–78.
- 51 A. Subramanian and D. Roy (2001) "Who can explain the Mauritian miracle? Meade, Romer, Sachs or Rodrik?" IMF working paper
- 52 TradeMap, op. cit. o comércio intra-regional constitui 66 por cento do total da União Européia em 2006.
- 53 Ibid. Dados baseados nas exportações intra-regionais.
- 54 Ibid.; UNECA (2004) "Assessing Regional Integration in Africa: ECA Policy Research Report", Addis Ababa, p.97.
- 55 T. Ridley, L. Yee-Cheong, e C. Juma (2006) 'Infrastructure, innovation and development', *International Journal of Technology and Globalisation*, Vol 2 No 3/4, pp.268-278.
- 56 Para dados sobre a disponibilidade de eletricidade na ACP, veja Banco Mundial (2007) *The Little Data Book on Africa 2007*, Washington: Banco Mundial.
- 57 Banco Mundial "Spreading and Sustaining Growth In Africa" News Release No. 2008/112/AFR, Washington DC
- 58 I. Madamombe (2005) "Energy key to Africa's prosperity", *Africa Renewal*, Vol 8 No 4, janeiro de 2005.
- 59 Relatório da Comissão para a África (2005) "Our Common Interest" p 51
- 60 Market Access Map, op. cit.
- 61 Regras de origem são necessárias para garantir que um produto realmente se origina de um país beneficiário e que não foi simplesmente transviada por um país terceiro.
- 62 Para maiores detalhes sobre a origem do peixe, veja Liam Campling, Elizabeth Havice and Vina Ram-Bidesi (2007) "Pacific Island Countries, The

---

Global Tuna Industry and the International Trade Regime - A Guidebook', Honiara: FFA.

<sup>63</sup> Aflatoxinas são encontradas em produtos alimentícios (por exemplo, amendoins) e podem ser muito danosas à saúde.

<sup>64</sup> J. Wilson e T. Otsuki (2003) "Food Safety in Food Security and Food Trade", Focus 10 Brief 6 of 17, setembro de 2003.

<sup>65</sup> C Maerten "EPAs; A New Approach to ACP-EU Economic and Trade Cooperation" Apresentação na Conferência de TRALAC (11-11-2004)

<sup>66</sup> Apesar de tanto a Costa do Marfim quanto o Quênia terem realizado alguma liberalização durante os primeiros 5 anos, a Costa do Marfim adiantou o processo. Veja ECDPM e ODI (2008) "The new EPAs: comparative analysis of their content and the challenges for 2008"

<sup>67</sup> *Trade Negotiation Insights*, Vol 6 No 8, dezembro de 2007/janeiro de 2008, p.22; Website sobre o Comércio ACP-EU: [www.acp-eu-trade.org/index.php?loc=frame\\_main.php/](http://www.acp-eu-trade.org/index.php?loc=frame_main.php/) Informações suplementares sobre as agendas para Costa do Marfim, Camarões e Gana foi extraída de ECDPM e ODI (2008) op. cit..

<sup>68</sup> Veja ECDPM e ODI (2008) op. cit. para um resumo

<sup>69</sup> South Centre, "Market Access For Trade In Goods In Economic Partnership Agreements", fevereiro de 2008.

<sup>70</sup> EAC EPA, Artigo 13.

<sup>71</sup> South Centre, op. cit.; Oxfam International, 'Oxfam International Concerns With Initialled "Interim EPA" Texts', dezembro de 2007.

<sup>72</sup> Um surto de importações é definido como um desvio de 30 por cento da média móvel de três anos, ou calculado com base na metodologia de volume da OMC. Veja FAO (2006) "Import Surges: What Is Their Frequency And Which Are The Countries and Commodities Most Affected?".

<sup>73</sup> Secretariado de Gênero e Comércio no Commonwealth, "EU Set to Milk East Africa with Subsidised Goods?", 15 de novembro de 2007.

<sup>74</sup> Nas negociações da OMC, a União Européia concordou em acabar com os subsídios até 2013, mas muitos subsídios domésticos problemáticos permanecerão. Veja See South Centre, op. cit.

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> C Doss (1999) "Twenty-five years of research on women farmers in Africa" *International Maize and Wheat Improvement Center*, México

<sup>77</sup> Z Randriamaro (2002) "The WTO Agreement On Agriculture And Food Security For Small Scale African Farmers From A Gender Perspective" *Third World Network*

<sup>78</sup> Eurostat Agriculture Handbook p.70

<sup>79</sup> ECDPM and ODI (2008) op. cit.

<sup>80</sup> M. Le Roux (2008) "Uncertainty over Trade Agreement Threatens SACU", *Business Day*, Johannesburg, 26 de fevereiro de 2008.

<sup>81</sup> H. Brewster, N. Girvan, e V. Lewis (2008) "Renegotiate the EPA", memorando submetido ao Conselho para Desenvolvimento Comercial e Econômico CARICOM, fevereiro de 2008.

<sup>82</sup> Assembléia da AU, "Declaration on EPAs", Addis Ababa, DOC.EX.CL/394(XII), 31 de janeiro de 2008.

<sup>83</sup> Peter Mandelson falando para o Parlamento Europeu, Bruxelas, 28 de janeiro de 2008.

- 
- 84 C. Milner (2006) "An assessment of the overall implementation and adjustment costs for the ACP countries of EPAs with the EU", em R. Grynberg e A. Clarke (2006) "The European Development Fund and Economic Partnership Agreements", Secretariado da Commonwealth.
- 85 A África precisa de fundos adicionais de \$20 bilhões de dólares de investimento em infra-estrutura por 10 anos; veja a Comissão para a África, op. cit., p.234.
- 86 ECDPM e ODI (2008), op. cit.
- 87 ECDPM e ODI (2008), op. cit.; em 2004 a Costa do Marfim gastou \$33 dólares per capita com saúde, então \$16,6 milhões de dólares em rendas anuais perdidas é o equivalente aos gastos para 500 mil pessoas. Veja Indicadores Mundiais de Saúde
- 88 C. Milner, op. cit.
- 89 Entrevista com Louis Michel em *Trade Negotiation Insights*, op. cit.
- 90 Os armamentos estão excluídos, enquanto que o arroz e o açúcar serão livres de taxas e cotas em 2009;
- 91 E. Naumann (2008) "Rules of Origin in EPAs", Tralac, África do Sul.
- 92 "EC Review of the State of Play on EPAs and Key Issues for 2008", *Agritrade*, março de 2008.
- 93 L. Bartels (2007) "Safeguards in the Commission's Proposed Council Regulation", COM 717 Final, 23 de novembro de 2007.
- 94 UNCTAD (2007) "Erosion of trade preferences in the post-Hong Kong framework" From "Trade is better than aid" to 'Aid for Trade", Genebra: UNCTAD, p.41.
- 95 P. Goodison (2007) "The ACP Experience of Preference Erosion in the Banana and Sugar Sectors", ICTSD Issue Paper No 7
- 96 "WTO ruling on EU banana tariffs opens door to sanctions from Ecuador", *International Herald Tribune*, 10 dezembro de 2007.
- 97 Organização Internacional do Trabalho (2007) "Key Indicators of the Labour Market, 5<sup>th</sup> Edition", ILO KILM Indicator 4.
- 98 S Seguino (2003) "Why are women in the Caribbean so much more likely than men to be unemployed?" *University of the West Indies*
- 99 A. Micco, U. Panizza e M. Yanez (2004) "Bank Ownership and Performance", Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, novembro de 2004.
- 100 E. Detragiache, T. Tressel e P. Gupta (2006) "Foreign Banks In Poor Countries: Theory and Evidence", IMF Working Paper, janeiro de 2007.
- 101 Ibid.
- 102 L. Martinez-Diaz (2007) "Banking Sector Opening: Policy Questions and Lessons for Developing Countries", The Brookings Institution, fevereiro de 2007.
- 103 "Village Banking", *Africa Now*, [www.africanow.org/projects/villagebanks.htm](http://www.africanow.org/projects/villagebanks.htm)
- 104 Departamento de Comércio e Indústria, Corporação Internacional de Finanças e FinMark Trust (2006) "Access to Finance for Women Entrepreneurs in South Africa: Challenges and Opportunities"
- 105 J Hollingsworth "Barbados: Gender and Tourism Development" Secretariado da Commonwealth veja <http://www.genderandtrade.org>; S Seguino (2003) op. cit.

- 
- 106 S Seguino (2003) op. cit.
- 107 K Bayliss "Privatization and Poverty: The Distributional Impact of Utility Privatization" Unidade de Pesquisa sobre Serviços Públicos Internacionais (PSIRU) (janeiro de 2002)
- 108 D. Cronin (2008) "Water Aid to Go Public, A Little", IPS, 7 março de 2008.
- 109 Oxfam (2006) "In the Public Interest: Health Education and Water and Sanitation for All".
- 110 Os textos Africanos que contêm compromissos são: ESA (art. 53); EAC (art. 37); SADC (art. 67); Gana (art. 44); Costa do Marfim (art. 44); Camarões (art. 54)
- 111 "The EPA: Fact vs Fiction" Caribbean Regional Negotiating Machinery (CRNM) (2008)
- 112 Veja, por exemplo, Fórum Caribenho dos Estados da África, Caribe e Pacífico (CARIFORUM) EPA, Artigo 83.
- 113 CARIFORUM EPA – Anexo: Oferta de Serviços do Caribe (acesso ao mercado e tratamento nacional).
- 114 CARIFORUM EPA Artigo 76.
- 115 CARIFORUM EPA – Anexo: Oferta de Serviços do Caribe (acesso ao mercado e tratamento nacional).
- 116 P de Blij et al (2006) "Universal Service In Banking" Tilberg University, Holanda P7
- 117 CARIFORUM EPA, Artigo 91
- 118 CARIFORUM EPA – Oferta de Serviços do Caribe (acesso ao mercado e tratamento nacional).
- 119 CARIFORUM EPA, Article 246.
- 120 CARIFORUM EPA, Artigos 227 e 229.
- 121 CARIFORUM EPA, Artigo 83.
- 122 CARIFORUM EPA, Artigo 83.
- 123 CARIFORUM EPA, Artigo 83.
- 124 UNCTAD (2007) "World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development", Nova Iorque e Genebra: UNCTAD.
- 125 Conselho Internacional de Marketing da África do Sul (2008) "South Africa's Automotive Industry", março de 2008.
- 126 A Desai e A Habib (1997) "Labour Relations in Transition: the Rise of Corporatism in South Africa's Automobile Industry" *Journal of Modern African Studies*
- 127 Banco Mundial (2007) Perfil de país do Botsuana <<http://go.worldbank.org/8P9IVY6270>>
- 128 Ibid; UNCTAD (2007) "World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development", Nova Iorque e Genebra: UNCTAD, p.139.
- 129 M. Hallward-Driemeier (2003) "Do Bilateral Investment Treaties Attract FDI? Only A Bit And They Could Bite", Banco Mundial.
- 130 Ibid; UNCTAD (2007) op. cit. p252

- 
- 131 UNCTAD online BITS database veja  
<<http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intltemID=2344&lang=1> >; UNCTAD (2007) op. cit. p251
- 132 L E Peterson & K R Gray “International Human Rights in BITsand in Investment Treay Arbitration” IISD (Abril de 2003); veja G. van Harten (2007) *Investment Treaty Arbitration and Public Law*, Oxford University Press.
- 133 “Piero Foresti, Laura de Carli and others v South Africa” citado no Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, *Investment Treaty News*, 28 de setembro de 2007.
- 134 K Blagojevic “Tanzania Wins Legal Battle Against British Water Company” 11 de janeiro de 2008
- 135 “ICC nixes Argentina's bid to disqualify arbitrator in financial crisis case” citado no Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável, *Investment Treaty News*, 12 de janeiro de 2006
- 136 Antoine Goetz e outros v República do Burundi, ICSID Case No. ARB/95/3, 10 de Fevereiro de 1999
- 137 American Manufacturing & Trading, Inc. v República do Zaire, ICSID Case No. ARB/93/1, 21 de fevereiro de 1997
- 138 “Schedule of Commitments on Investment (Commercial Presence) of CARIFORUM States in Non-Service Sectors”, Nota de Explicação, 16 de dezembro de 2007 P1
- 139 Aumentar a amplitude para incluir o pré-estabelecimento significa que as provisões governam a entrada e admissão dos investidores estrangeiros, assim como as suas atividade após estarem estabelecidos.
- 140 G. Van Harten (2008) “Investment Provision in EPAs”, Osgoode Hall Law School, março de 2008.
- 141 TRIMS Artigo 2 e Anexo
- 142 “Schedule of Commitments on Investment (Commercial Presence) of CARIFORUM States in Non-Service Sectors”, Nota de Explicação, 16 de dezembro de 2007.P4
- 143 “Schedule of Commitments on Investment (Commercial Presence) of CARIFORUM States in Non-Service Sectors”, Nota de Explicação, 16 de dezembro de 2007.P4
- 144 S. Woolcock “Public Procurement and the EPA” Documento para a Reunião Técnica de Alto Nível, Cape Town, África do Sul, 7-8 de abril de 2008, London School of Economics
- 145 J Grugel e J P Rigiroszi (2007) “The Return of The State In Argentina” *International Affairs* 83:1 P93
- 146 J K Sundaram (2004) “Malaysia’s Pathway Through Financial Crisis” Global Economic Governance Project, Oxford University P7
- 147 CARIFORUM EPA, Part II Title III, Artigos 1-3.
- 148 UNCTAD Investment Database, op. cit.
- 149 G. Van Harten (2008) op.cit.
- 150 Ibid.
- 151 Dados do Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial (2007)
- 152 Estimado com base no montante mínimo de dinheiro (renda) necessária para um ano de estudo em humanidades na Irlanda: €9.100 taxa da Universidade + €7.500 despesas de vida = €16.600 Euros por ano. 5 por cento de 16.600 =

---

€30. Veja

[http://www.educationireland.ie/index.php?option=com\\_content&task=view&id=37&Itemid=48](http://www.educationireland.ie/index.php?option=com_content&task=view&id=37&Itemid=48)

<sup>153</sup> K. Kinyanjui (2007) "Tech start-up aims to root out freelance accountants", *Business Daily Africa*, 17 de agosto de 2007.

<sup>154</sup> Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA) "About AGRA: The Challenges and Opportunities", [www.agra-alliance.org/about](http://www.agra-alliance.org/about)

<sup>155</sup> Oxfam International (2007) "Adapting to Climate Change: What's needed for poor countries, and who should pay" Documento de Política 104

<sup>156</sup> F. Nweke (2003) "New Challenges in the Cassava Transformation in Nigeria and Ghana".

<sup>157</sup> *Banco Mundial* (2007) "World Development Report 2008: Agriculture for Development"; UNDP (2006) "Millennium Project: Recommendations for the international system to support country-level processes" <[http://www.unmillenniumproject.org/reports/int\\_actions4.htm](http://www.unmillenniumproject.org/reports/int_actions4.htm)>

<sup>158</sup> D. Shabalala, op. cit.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> Comissão sobre os Direitos de Propriedade Intelectual (2002) "Integrating Intellectual Property Rights and Development Policy", Londres, setembro de 2002.

<sup>161</sup> Consumers International (2006) "Access to Knowledge", *Asia-Pacific Consumer Vols 43 and 44 1&2/2005* p.17.

<sup>162</sup> D. Shabalala, op. cit.

<sup>163</sup> *World Development Report 2008*, p.167.

<sup>164</sup> CARIFORUM EPA, Artigo 149(2).

<sup>165</sup> N Mandela, Discurso na campanha "Make Poverty History" em Trafalgar Square, 3 de fevereiro de 2005

<sup>166</sup> Oxfam International (a seguir, 2008) "Fast Forward, How the European Commission can take the lead in providing high-quality budget support for education and health", Documento de Política

<sup>167</sup> L Bartels "The EU's GSP+ arrangement as an alternative to the EPA Process" (12 de novembro de 2007)

<sup>168</sup> ODI (2007) "The Cost to the ACP of Exporting to the EU under GSP".

<sup>169</sup> Ibid.

<sup>170</sup> Ibid.; E. Jones e T. Hormeku (2007), op. cit.

<sup>171</sup> L Bartels (12 de Novembro de 2007) op.cit.

<sup>172</sup> ODI (2007), op. cit. Incluir bananas no GSP Plus ofereceria ao Equador (que também é uma "economia vulnerável") o mesmo nível de acesso ao mercado Europeu que os produtores Caribenhos. O Equador produz bananas a um custo bem mais baixo e provavelmente empurrará os plantadores caribenhos para fora do mercado Europeu.

<sup>173</sup> L Bartels (12 de Novembro de 2007) p. 3 op.cit.

<sup>174</sup> IFPRI, op. cit.

<sup>175</sup> IFPRI. *Searching for an alternative to Economic Partnership Agreements*. Página 4, tabela 1. dezembro de 2007. A pesquisa estima que, com a implementação dos textos atuais do EPA, as exportações da União Europeia para a ACP aumentariam por até \$29.4 bilhões de dólares até 2035.

<sup>176</sup> Esta estimativa faz a suposição de que os países da ACP seriam capazes de realizar ganhos semelhantes aos da Malásia durante os últimos 30

---

anos. Na ACP o PIB per capita em 2005 era de aproximadamente 27 por cento do PIB da Malásia em 1975 (ppp constante 2000 US\$), o comércio per capita da ACP com a União Europeia seria em 30 anos o equivalente a 27 por cento do comércio per capita da Malásia com a União Europeia em 2005.

Dados utilizados: a União Europeia exporta para a Malásia: €10.3 bilhões de Euros em 2005. População da Malásia, 26,4 milhões. A União Europeia exporta para a ACP: €53,9 bilhões de Euros. População da ACP: 773.7 milhões (Estatísticas de Comércio da Comissão Europeia). O PIB per capita da Malásia em 1975 (com ppp constante de 2000 US\$): 3010 \$ (World Perspective Monde. Université de Sherbrooke).

© Oxfam International April 2008

This paper was written by Emily Jones. Oxfam acknowledges the assistance of Lieke Sjerps Bertram Zagema, Alexander Woolcombe, Javier Perez, Joy Kategekwa, Nick Braxton, Sharon Shemesh, Isabel Mazzei, Luis Morago, Colin Roche, Marita Hutjes, Eric Hazard and Wallie Roux in its production. It is part of a series of papers written to inform public debate on development and humanitarian policy issues.

The text may be used free of charge for the purposes of advocacy, campaigning, education, and research, provided that the source is acknowledged in full. The copyright holder requests that all such use be registered with them for impact assessment purposes. For copying in any other circumstances, or for re-use in other publications, or for translation or adaptation, permission must be secured and a fee may be charged. E-mail [publish@oxfam.org.uk](mailto:publish@oxfam.org.uk).

For further information on the issues raised in this paper please e-mail [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org).

**A Oxfam International** é uma confederação de treze organizações trabalhando juntas em mais de 100 países para encontrar soluções duradouras para a pobreza e a injustiça: Oxfam América, Oxfam Austrália, Oxfam-in-Belgium, Oxfam Canadá, Oxfam França - Agir ici, Oxfam Alemanha, Oxfam GB, Oxfam Hong Kong, Intermón Oxfam (Espanha), Oxfam Irlanda, Oxfam Nova Zelândia, Oxfam Novib (Holanda), e Oxfam Québec. Por favor telefone ou escreva para qualquer uma destas agências para maiores informações, ou visite [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org).

<p><b>Oxfam America</b> 226 Causeway Street, 5th Floor Boston, MA 02114-2206, USA +1 617 482 1211 (Toll-free 1 800 77 OXFAM) E-mail: <a href="mailto:info@oxfamamerica.org">info@oxfamamerica.org</a> <a href="http://www.oxfamamerica.org">www.oxfamamerica.org</a></p>	<p><b>Oxfam Hong Kong</b> 17/F., China United Centre, 28 Marble Road, North Point, Hong Kong Tel: +852 2520 2525 E-mail: <a href="mailto:info@oxfam.org.hk">info@oxfam.org.hk</a> <a href="http://www.oxfam.org.hk">www.oxfam.org.hk</a></p>
<p><b>Oxfam Australia</b> 132 Leicester Street, Carlton, Victoria 3053, Australia Tel: +61 3 9289 9444 E-mail: <a href="mailto:enquire@oxfam.org.au">enquire@oxfam.org.au</a> <a href="http://www.oxfam.org.au">www.oxfam.org.au</a></p>	<p><b>Intermón Oxfam (Spain)</b> Roger de Llúria 15, 08010, Barcelona, Spain Tel: +34 902 330 331 E-mail: <a href="mailto:info@intermonoxfam.org">info@intermonoxfam.org</a> <a href="http://www.intermonoxfam.org">www.intermonoxfam.org</a></p>
<p><b>Oxfam-in-Belgium</b> Rue des Quatre Vents 60, 1080 Brussels, Belgium Tel: +32 2 501 6700 E-mail: <a href="mailto:oxfamsol@oxfamsol.be">oxfamsol@oxfamsol.be</a> <a href="http://www.oxfamsol.be">www.oxfamsol.be</a></p>	<p><b>Oxfam Ireland</b> Dublin Office, 9 Burgh Quay, Dublin 2, Ireland Tel: +353 1 635 0422 Belfast Office, 115 North St, Belfast BT1 1ND, UK Tel: +44 28 9023 0220 E-mail: <a href="mailto:communications@oxfamireland.org">communications@oxfamireland.org</a> <a href="http://www.oxfamireland.org">www.oxfamireland.org</a></p>
<p><b>Oxfam Canada</b> 250 City Centre Ave, Suite 400, Ottawa, Ontario, K1R 6K7, Canada Tel: +1 613 237 5236 E-mail: <a href="mailto:info@oxfam.ca">info@oxfam.ca</a> <a href="http://www.oxfam.ca">www.oxfam.ca</a></p>	<p><b>Oxfam New Zealand</b> PO Box 68357, Auckland 1145, New Zealand Tel: +64 9 355 6500 (Toll-free 0800 400 666) E-mail: <a href="mailto:oxfam@oxfam.org.nz">oxfam@oxfam.org.nz</a> <a href="http://www.oxfam.org.nz">www.oxfam.org.nz</a></p>
<p><b>Oxfam France - Agir ici</b> 104 rue Oberkampf, 75011 Paris, France Tel: + 33 1 56 98 24 40. E-mail: <a href="mailto:info@oxfamfrance.org">info@oxfamfrance.org</a> <a href="http://www.oxfamfrance.org">www.oxfamfrance.org</a></p>	<p><b>Oxfam Novib (Netherlands)</b> Mauritskade 9, Postbus 30919, 2500 GX, The Hague, The Netherlands Tel: +31 70 342 1621 E-mail: <a href="mailto:info@oxfamnovib.nl">info@oxfamnovib.nl</a> <a href="http://www.oxfamnovib.nl">www.oxfamnovib.nl</a></p>
<p><b>Oxfam Germany</b> Greifswalder Str. 33a, 10405 Berlin, Germany Tel: +49 30 428 50621 E-mail: <a href="mailto:info@oxfam.de">info@oxfam.de</a> <a href="http://www.oxfam.de">www.oxfam.de</a></p>	<p><b>Oxfam Québec</b> 2330 rue Notre Dame Ouest, bureau 200, Montreal, Quebec, H3J 2Y2, Canada Tel: +1 514 937 1614 E-mail: <a href="mailto:info@oxfam.qc.ca">info@oxfam.qc.ca</a> <a href="http://www.oxfam.qc.ca">www.oxfam.qc.ca</a></p>
<p><b>Oxfam GB</b> Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK Tel: +44 1865 473727 E-mail: <a href="mailto:enquiries@oxfam.org.uk">enquiries@oxfam.org.uk</a> <a href="http://www.oxfam.org.uk">www.oxfam.org.uk</a></p>	

**Secretariado da Oxfam International:** Suite 20, 266 Banbury Road, Oxford, OX2 7DL, UK. Tel: +44 1865 339100 Email: [information@oxfaminternational.org](mailto:information@oxfaminternational.org) Web site: [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org)

**Escritórios de Defesa de Direitos da Oxfam International:**  
E-mail: [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org)  
**Washington:** 1100 15th St., NW, Ste. 600, Washington, DC 20005-1759, USA  
Tel: +1 202 496 1170.  
**Bruxelas:** Rue Philippe le Bon 15, 1000 Bruxelas, Bélgica

---

Tel: +322 502 1941

**Genebra:** 15 rue des Savoises, 1205 Genebra, Suíça

Tel: +41 22 321 2371.

**Nova Iorque:** 355 Lexington Avenue, 3rd Floor, New York, NY 10017, USA

Tel: +1 212 687 2091.

**Organizações ligadas à Oxfam.** As seguintes organizações estão ligadas à Oxfam International:

**Oxfam Japão** Maruko bldg. 2F, 1-20-6, Higashi-Ueno, Taito-ku, Tokyo 110-0015, Japão

Tel: + 81 3 3834 1556. E-mail: [info@oxfam.jp](mailto:info@oxfam.jp) Web site: [www.oxfam.jp](http://www.oxfam.jp)

**Oxfam Trust na Índia** B - 121, Second Floor, Malviya Nagar, New Delhi, 1100-17, Índia

Tel: + 91 11 2667 3 763. E-mail: [info@oxfamint.org.in](mailto:info@oxfamint.org.in) Web site:

[www.oxfamint.org.in](http://www.oxfamint.org.in)

[Oxfam International and Ucodep Campaign Office](#)

Via Masaccio, 6/A 52100 Arezzo, Itália

Tel +39 0575 907826, Fax +39 0575 909819

email: [ucodep-oi@oxfaminternational.org](mailto:ucodep-oi@oxfaminternational.org)

**Membro observador da Oxfam.** A seguinte organização é atualmente um membro observador da Oxfam Internacional, trabalhando pela possível afiliação completa:

**Fundación Rostros y Voces (México)** Alabama 105, Colonia Napoles, Delegacion Benito Juarez, C.P. 03810 Mexico, D.F.

Tel: + 52 5687 3002 / 5687 3203 Fax: +52 5687 3002 ext. 103

E-mail: [comunicación@rostrosyvoces.org](mailto:comunicación@rostrosyvoces.org)

Web site: [www.rostrosyvoces.org](http://www.rostrosyvoces.org)